

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

LUÍS HENRIQUE ALVES GOMES

INDÍCIOS DO PORTUGUÊS RURAL DO RECONGAVO BAIANO NO LIMIAR DO SÉCULO XX:
BERTULAMEU E PREXEDE EM A
FOLHA DOS ROCERO



SALVADOR
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

LUÍS HENRIQUE ALVES GOMES

INDÍCIOS DO PORTUGUÊS RURAL NO RECÔNCAVO
BAIANO NO LIMIAR DO SÉCULO XX: *BERTULAMEU*
E PREXEDE EM A FOIA DOS ROCÊRO

SALVADOR
2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E
LINGÜÍSTICA
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS**

LUÍS HENRIQUE ALVES GOMES

**INDÍCIOS DO PORTUGUÊS RURAL NO RECÔNCAVO
BAIANO NO LIMIAR DO SÉCULO XX: *BERTULAMEU*
*E PREXEDE EM A FOIA DOS ROCÊRO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Bastos Borba Costa.
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Conceição Freire Lobo.

SALVADOR
2009

Biblioteca Reitor Macedo Costa - UFBA

Gomes, Luís Henrique Alves.

Indícios do português rural no recôncavo baiano no limiar do séc.XX : Bertulameu e Prexede em A Foia dos Rocêro / Luís Henrique Alves Gomes. - 2009.
148 f. il.

Orientadora: Profª Drª Sônia Bastos Borba Costa.

Co-orientadora: Profª Drª Tânia Conceição Freire Lobo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

1. A Foia dos Rocêro (Jornal). 2. Redação de textos jornalísticos. 3. Língua portuguesa - Brasil. 4. Língua portuguesa - Concordância. 5. Língua portuguesa - Verbos. I. Costa, Sônia Bastos Borba. II. Lobo, Tânia Conceição Freire. III. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. IV. Título.

CDD - 808.06607

CDU - 808.1

Para Kakau, Lili, Marinês, Tinho, Silvinha, Belinha e Aninha, no coração do velho Isidro,
ontem, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orixás, que me guiaram nessa caminhada.

A meu pai ISIDRO e a minha mãe LUIZA, pela educação e pelo amor incondicional.

Ao PROHPOR, por acreditar no meu desenvolvimento intelectual, que espero que chegue ao sucesso de muitos dos seus componentes.

A todos os meus amigos, de todas as horas, de todos os momentos, de todas as alegrias, de todas as dúvidas. Em especial, MARIA CLARA, HIRÃO, VERONICA, JOBSON, NIL e ARI, que colaboraram substancialmente para a conclusão trabalho.

Aos amigos irmãos, TUCA, BABU, LEO, MAI, LUCAS, JORGE, OLGA, RICARDO, CRIS, KELLY, MARI, MAIRIM, BÊ, JULI e TACY, sempre ao meu lado; BIEL, CARLINHA, SUCA, RÔ, LEO e JANA, por fazerem me desligar do tempo, ouvindo e dançando uma boa música na casa de Ofélia...

Aos meus mestres, AMÉRICO, THEREZINHA, DANTE, ROSINHA, TIA CÉLIA, RISONETE, CHARLOTTE, JULI, FLORA e EDLEISE, modelos a serem seguidos.

A minhas queridíssimas orientadoras, no plural, SÔNIA e TÂNIA, pois ambas têm igual valor e carregarão os méritos deste trabalho.

Ao meu 3º grau de astigmatismo adquirido na edição deste material.

À CAPES, pelo financiamento deste estudo.

A todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

A Foia dos Rocêro foi um periódico de cunho jornalístico que circulou na Bahia entre o final do século XIX e meados do século XX, e era escrito em linguagem bastante original. O redator do jornal utiliza, em todo o periódico, uma linguagem rural estereotipada com a finalidade de camuflar suas intenções políticas. Tal camuflagem possibilita a utilização freqüente de metáforas e pseudônimos, para apresentar críticas aos governantes da Bahia de 1900 e, também, às condições pelas quais a Província da Bahia passava, por não ser mais a capital do Brasil. A Foia veiculava notícias de localidades afastadas e contava histórias e anedotas que circulavam na antiga capital baiana, histórias que, por vezes, envolviam grandes personalidades da época. Este trabalho se propõe a apresentar parte desse documento, as transcrições da coluna Bertulameu e Prexede, que consiste na conversa de dois homens do campo, bem como uma descrição do fenômeno da concordância verbal, um dos artifícios lingüísticos utilizados, pelo editor para disfarçar as sátiras políticas e denunciar os desmandos na administração pública da velha Bahia, caracterizando as personagens da coluna por meio desses contextos lingüísticos especiais.

Palavras-chave: Edição de textos. Português brasileiro. Concordância verbal.

ABSTRACT

Foia dos Rocêro was a weekly periodical newspaper which circulated through Bahia state between the end of the nineteenth century and middle of twentieth century. It was written using language from rural areas aiming to disguise its political intentions. Such camouflage allowed the newspaper editor to make frequent use of metaphors and pseudonyms in order to publish critical writings concerning not only the rulers of nineteenth century Bahia but also the difficulties Bahia district was going through, since it wasn't the Brazilian capital anymore. Foia dos Rocêro not only brought news from remote places but also stories and curiosities which were told in the old Bahian capital. More than often, these stories involved great personalities of the time. Using this document, this work intends to present the transcription of Bertulameu and Prexede's section, which bring a conversation between two contrymen, and a description of the grammar verb agreement phenomenon. This linguistic tool was used by the newspaper editor to disguise the political satirical remarks and denounce the abuse of power by Bahian public authorities.

Key words: Textual edition. Brazilian portuguese. Verbal concord.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sirviço isperciá	11
Figura 2	Li nas foia	12
Figura 3	Bertulameu e Praxede	12
Figura 4	Ou nós acabamos com as formigas...	36
Figura 5	Concordância verbal	50
Figura 6	Concordância verbal <i>versus</i> não-concordância	50
Figura 7	Pessoa verbal	51

,

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	APRESENTAÇÃO	4
1.1	UM <i>JORNÁ</i> DA BAHIA	4
1.2	A <i>FOIA</i> E A CIRCULAÇÃO DE PERIÓDICOS NO SÉCULO XIX	10
1.3	A <i>FOIA DOS ROCÊRO</i> E O MODELO DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS	15
1.3.1	Definindo as Tradições Discursivas	15
1.3.2	Traços característicos e definidores das Tradições Discursivas	19
1.3.3	A <i>Foia dos Rocêro</i>: uma nova tradição?	22
2	O PREPARO PARA A EDIÇÃO: ESTABELECENDO CRITÉRIOS, CONGREGANDO PROPOSTAS	23
2.1	UM BREVE PASSEIO NA TRADIÇÃO FILOLÓGICA BRASILEIRA: TRILHANDO NOVOS RUMOS	23
2.2	NOVAS TECNOLOGIAS: UMA SAÍDA?	26
2.3	MODELOS DE EDIÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS	28
2.4	A MORTE DO FILÓLOGO OU O RENASCIMENTO	31
3	CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO DAS COLUNAS SELECIONADAS DA <i>FOIA</i>	33
4	OBSERVANDO UM ASPECTO LINGÜÍSTICO PARA CARACTERIZAÇÃO DO FALANTE RURAL NO LIMIAR DO SÉCULO XX : A CONCORDÂNCIA VERBAL	38
4.1	O PERCURSO HISTÓRICO DO PENSAMENTO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL: OS ESTUDOS DE ALVES DA SILVA (2005)	41
4.2	A CONCORDÂNCIA VERBAL EM GRAMÁTICAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX	42
4.3	CASOS DE CONCORDÂNCIA VERBAL EM RIBEIRO (1909)	48
4.4	OBSERVANDO A CONCORDÂNCIA VERBAL NA COLUNA BERTULAMEU E PREXEDE	50
4.4.1	1º fator – Pessoa verbal	53
4.4.2	2º fator – Saliência Fônica	57
5	PRIMEIRAS CONCLUSÕES	59
	REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Para desvendar os mistérios do Português Popular do Brasil, muitas são as fontes e poucos são os caminhos. Diversos arquivos do país possuem um grande número de materiais que podem fornecer dados demográficos, historiográficos, políticos e sociais sobre diversos segmentos populares do país. Além dessas informações, que contribuem para a consolidação da história externa da língua de além-mar na *Terra Papagali*, toda a documentação escrita, em especial as de caráter não-oficial¹, contribui para o entendimento da história interna da Língua Portuguesa no Brasil. Documentos de caráter não-oficial são mais importantes porque estão mais propícios a carregar marcas da oralidade e da língua corrente.

É diante dessa perspectiva que se faz necessária a edição semi-diplomática desses documentos e, posteriormente, a análise de fenômenos característicos do Português Brasileiro neles expressos, contribuindo, assim, para desvendar o passado e compreender o presente.

Esta dissertação se propõe a editar a coluna *Bertulameu e Prexede* do periódico *A Foia dos Rocêro* do ano de 1900, levantar dados relativos à história externa desse *corpus* e descrever os contextos em que ocorre ou não a concordância verbal.

O trabalho divide-se em quatro partes, a saber: introdução, apresentação e descrição do *corpus* a ser editado, edição da coluna selecionada nos 31 exemplares que circularam no ano de 1900 e estudo lingüístico com base na referida edição.

O primeiro capítulo é voltado para a apresentação do periódico do qual se recolheu a coluna e para a descrição dos contextos sociais e políticos que motivaram o autor ou editor a escrever um jornal com tais características, melhor dizendo, caricaturando um linguajar rural da época.

Também se encontra nesse primeiro capítulo uma contextualização do referido periódico e sua inserção no contexto de circulação dos periódicos em finais do século XIX, buscando situá-lo no conjunto das produções jornalísticas da Bahia desse período, utilizando, por vezes, a comparação com outros periódicos, salientando cada vez mais a originalidade da *Foia dos Rocêro* com sua apropriação de características da linguagem rural.

A terceira e última parte do primeiro capítulo, ainda buscando fatores que possam situar o *corpus* na esfera da história externa do português do Brasil, concentrar-se-á na descrição do material, consoante o modelo das tradições discursivas de orientação alemã, que

¹ Cartas pessoais, bilhetes, anotações avulsas em manuais etc. Qualquer tipo de documentação que não possui a chancela do estado nem siga a risca uma determinada norma prescrita por esse.

busca entender duas histórias diferentes, que por vezes podem convergir na mesma, segundo nosso entendimento, que são a *história do texto* e a *história da língua*. Segundo tal teoria, a *história do texto* apresentaria as estruturas e as organizações de cada tradição específica, seguindo um fluxo diferente do fluxo da *história da língua*, pois determinada tradição discursiva carregaria determinadas características próprias independente da língua na qual esteja sendo expressa.

No que concerne ao segundo capítulo, edição semidiplomática da coluna *Bertulameu e Prexede*, esse encontra-se seccionado da seguinte forma: a escolha da coluna, o preparo para a edição, os critérios utilizados para a edição e a edição propriamente dita.

Primeiramente, o capítulo tentará mostrar o que motivou a edição de tal coluna em detrimento de outras, pois a coluna *Bertulameu e Prexede* apresenta uma rápida seqüência de diálogo entre dois “matutos”, o que a torna mais próxima da linguagem oral do que outras colunas da *Foia dos Rocêro*.

A segunda parte do segundo capítulo mostrará um breve percurso histórico dos os estudos filológicos no Brasil e as motivações para preparar a edição em linguagem informatizada *xml*.

Quanto à terceira parte, essa apresentará os critérios de edição de texto estabelecidos para a edição. Vale salientar que esses critérios resultaram na junção entre os critérios do Projeto PHPB (Para a História do Português Brasileiro), projeto de âmbito nacional, coordenado desde a sua fundação pelo Professor Doutor Ataliba de Castilho (USP) e os critérios do Projeto *Thyco Brahe* da Universidade Estadual de Campinas, coordenado pela Professora Doutora Charlotte Galves (Unicamp).

A quarta parte diz respeito à apresentação da edição propriamente dita, consoante os critérios estabelecidos anteriormente, buscando estar o mais próxima possível do original, preservando ao máximo características de formatação do *fac-simile*. Vale lembrar que a edição de cada coluna vem acompanhada de uma ficha catalográfica contendo às seguintes informações: período, tipo de documento, editor, título do documento, autor ou comunidade (caso o material seja identificado apenas pela comunidade e não pelo próprio autor), fonte (incluindo o ano da publicação, o número do periódico e a página de onde foi extraída a coluna) e, por fim, o arquivo de onde foi retirado tal material. A seguir, tem-se um modelo de ficha catalográfica encontrada na edição de cada coluna:

Ficha Catalográfica

Período	1900
Tipo de documento	Jornalístico/Impresso
Editor	Luís Gomes
Título do documento	Bertulameu e Prexede
Autor ou Comunidade	Zé Perêra Capa Bode
Fonte	Foia dos Rocêro, nº 15, 1900, p.2
Arquivo	Associação Baiana de Imprensa

O estudo lingüístico com base na edição das colunas, terceiro e último capítulo deste trabalho, busca primeiramente caracterizar a fala rural do recôncavo baiano no ano de 1900, por via do uso ou desuso da concordância verbal. Para tanto, torna-se necessário descrever, ao menos parcialmente, o percurso histórico do uso concordância verbal e a normatização de tal fenômeno em algumas gramáticas de finais do século XIX, pois esse era o modelo e o referencial de padrão.

No que diz respeito à análise do *corpus* propriamente dito, última parte do trabalho, essa etapa se concentra na descrição do uso ou desuso da concordância verbal no *corpus* e na verificação dos respectivos contextos favorecedores.

Enfim, o objetivo primordial deste trabalho é levar à comunidade lingüística um convívio divertido com as personagens Bertulameu e Prexede, que, por meio de sua linguagem aparentemente ingênua, distribuem críticas severas aos governantes do regime republicano.

Na expectativa de continuidade do estudo desenvolvido nesta dissertação, apresentamos o nosso trabalho à moda do *Cumpade Bertu*:

Boas Leitura!!!².

² Por analogia a *Boas tarde!!!* Saudação inicial da coluna *Bertulameu e Prexede*.

1 APRESENTAÇÃO

1.1 UM *JORNÁ* DA BAHIA

A tarefa de constituição de *corpora* diversificados para o estudo do português brasileiro, principalmente em suas variedades populares, tem sido árdua para os grupos de pesquisa que integram o projeto nacional PHPB - Para a história do português brasileiro. Como bem informa Mattos e Silva (2004), no texto *Para a história do português brasileiro*, desde 1997 o referido projeto nacional desbrava os arquivos do Brasil, no intuito de descobrir mistérios e segredos que possam fornecer dados para a compreensão do processo de constituição e mudança afeto ao português brasileiro. Portanto, torna-se cada vez mais apropriada a realização de edições consistentes e fidedignas que possibilitem análises lingüísticas confiáveis. Assim, a edição da *Foia dos Rocêro* se insere nessa perspectiva.

A *Foia dos Rocêro* foi um periódico de cunho jornalístico que circulou na Bahia entre o final do século XIX e meados do século XX, que, segundo informações de Dantas (2007), fora publicado, especificamente, entre 1899 e 1968.

As principais seções encontradas na *Foia dos Rocêro* são as colunas:

1. *O triviá desta foia* - que informa ao leitor sobre as características ortográficas do folhetim; sobre a seriedade com que deve ser tratado o jornal (pois não admite brincadeiras ou, como costumam chamar, *mulequêra*; através dela informam também os editores que não se deve misturar política com questões religiosas e que não admitem grosserias e ofensas aos redadores, pois, como consequência, cairão na coluna *O Imbirreiro*.
2. *Trato dos interece* – que fornece informações das localidades onde se encontram os folhetins para venda e assinaturas, com seus respectivos responsáveis.
3. *Sirviço iscundido* – que levanta notícias curtas do interior da Bahia por meio do telégrafo.
4. Bertulameu e Prexede – uma conversa entre dois matutos sobre seus problemas familiares, que, em verdade, serviam de pretexto para conversas sobre as situações e desmandos políticos na capital baiana.
5. *Imbirrança ou O imbirreiro* – sobre um caipira que “imbirra” com algum assunto ou mudança administrativa no governo da província.

6. *Foetinho* – coluna que apresenta capítulos ou trechos de romances ou peças teatrais que se circunscrevem a temas ligados ao campo, à vida na roça.
7. *Subre meza* – apresenta charadas e anedotas com respostas previstas para a semana seguinte.
8. *Li nas foias* – que reapresenta, de maneira mais curta, notícias publicadas em números anteriores.
9. *Annunçus* e outras colunas sem uma periodicidade maior.

Quanto ao arquivamento, trata-se de uma coleção documental bastante peculiar, que se encontra arquivada no Museu da ABI – Associação Baiana de Imprensa, instituição com sede situada no Centro Histórico de Salvador, precisamente na Praça da Sé.

Tem-se notícias de que exemplares avulsos se encontram disponíveis na Fundação Clemente Mariani, situada no bairro do Comércio, em Salvador. Contudo, durante uma visita à referida instituição, realizada no mês de julho de 2006, os exemplares não foram localizados pelos funcionários da biblioteca.

Do acervo da ABI, foi selecionado um conjunto de exemplares do ano de 1900, considerando que o arquivo possui todos os exemplares que circularam nos domingos do último ano do século XIX. Foram levantados trinta e dois exemplares do ano de 1900. Tais exemplares compreendem os números 15, 17, 20, 21, 23 a 39, 40A (4ª Dominga do mês de setembro) e 40B (1ª Dominga do mês de outubro) e 42 a 50. Desses exemplares, os exemplares 39, 42, 48 e 50 não apresentam publicada a coluna *Bertulameu e Prexede*, o que reduz o *corpus* para vinte e oito exemplares. Mas o que apresenta de especial esse material, que possa representar interesse para uma comunidade de lingüistas?

A *Foia dos Rocêro* está escrita numa linguagem bastante original. O texto, impresso em folhas dobradas em dois, amareladas pelo tempo e corroídas pelas traças, supostamente apresenta a caracterização da fala de habitantes de áreas rurais baianas do final do século XIX. O jornal, inicialmente, propõe-se a ser o *Orgo uficiá da roça e do partido do dezingrossa*, demonstrando intenção, obviamente, política e satírica. A camuflagem possibilitada pela escolha desse tipo de linguagem e a utilização freqüente de metáforas e pseudônimos foram os artifícios manejados por um grupo da capital da Província da Bahia para: a) apresentar críticas aos governantes e às condições da Província; b) veicular notícias de localidades afastadas, por exemplo, o Recôncavo baiano, e c) contar histórias e anedotas que circulavam, então, na capital baiana. Dantas (2007) apresenta uma descrição bastante

segura e precisa quanto ao formato e às intenções da *Foia dos Rocêro* no contexto sócio-político baiano, conforme trecho abaixo:

O jornal *Foia dos Rocêro* caracteriza-se pelo estilo humorístico, redatores disfarçados em pseudônimos, escrita em linguagem caipira e posterior uso de ilustrações. No formato In-4, medindo 32 X 24 cm. , o periódico apresenta-se em três colunas, preenchidas no editorial, artigos, trovas, charadas, versos, colunas e personagens travestidos em tipos rurais, distribuídos em quatro folhas que misturam graça e seriedade. (DANTAS, 2007, p. 99)

A pesquisadora ainda informa que o jornal buscava satirizar o governo do conselheiro Luiz Vianna, do intendente José Freire de Carvalho Filho e dos participantes do Partido Republicano (PR). Essas figuras foram com frequência apelidadas jocosamente, como no caso do Governador Luiz Vianna, que *era* apelidado como *Lulu Papa-mé* ou *Ratão*, fazendo alusão aos ratos da crise sanitária que assolou o Rio de Janeiro nos inícios do século XX, período em que grassava o medo da peste ser trazida para a Bahia pelos *vapou do mar*. As críticas tornavam-se mais acirradas pelo sentimento saudosista dos velhos tempos do Império, pois naquela época Salvador já havia perdido o prestígio de sede do governo brasileiro, tendo dado lugar ao Rio de Janeiro.

Considerando as características até aqui apresentadas, parece-nos caber, então, apresentar um breve relato dos primórdios da imprensa para contextualizar a história desse nosso folhetim.

Em Briggs e Burke (2004, p. 30), encontra-se a seguinte afirmação sobre os impressores nos primórdios da imprensa:

Os próprios impressores eram um tipo de grupo de artesãos necessariamente letrados. A correção das provas tipográficas constituía uma ocupação recente surgida com a nova técnica, assim como a quantidade de vendedores de livros e bibliotecários naturalmente cresceu em consequência da explosão do número de livros.

Trazendo essa realidade para a esfera brasileira, considerando-se que poucos eram os habitantes do Brasil daquela época que possuíam uma escolarização adequada para ler um periódico, muito mais necessário seria o domínio da norma escrita vigente para redigir as notícias e histórias da *Foia*, ou seja, os escritores, provavelmente, não eram legítimos falantes de uma modalidade popular. As informações obtidas sobre o público leitor e a circulação desse periódico ratificam o posicionamento de que o redator era letrado, como será demonstrado mais adiante.

Em *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia* de Antônio Loureiro de Souza (1972), encontra-se a informação de que a *Foia* era redigida por Mário Paraguassu, que direcionava suas críticas, em forma de linguagem “tabaroa”, como salienta Souza, a políticos da Província da Bahia. Por ocasião da Revolução de 1930, Mário Paraguassu foi preso por dirigir críticas acirradas aos revolucionários, consoante Souza. Logo, percebe-se que o perfil sócio-econômico do redator-chefe era de uma pessoa escolarizada e participante das manifestações políticas de sua época, além de, naturalmente, ser um indivíduo com acesso a recursos financeiros, não apresentando, assim, o perfil de uma pessoa não-escolarizada, falante de uma modalidade popular do português.

Numa pesquisa mais apurada em livros que retratam a história da velha *Cidade da Bahia*, encontram-se informações bastante relevantes para ratificar a hipótese de que Mário Paraguassu tenha sido um usuário de uma variante culta do português brasileiro da época. A principal informação sobre Mário Paraguassu e seu jornal pode ser observada a partir do excerto extraído de Leal (1996), que conta histórias e descreve lugares da antiga Salvador, retratando com muita veemência e saudosismo muitos relatos recolhidos entre soteropolitanos dos inícios do século XX. Logo, para ratificar a veracidade dos fatos e não cair em contos urbanos que circulam *de boca em boca*, Leal (1996, p. 16) utiliza o seguinte critério:

Para informarmos sobre esses eventos, procuramos arquivos, bibliotecas, livros, velhos jornais, fotografias antigas. Consultamos um número considerável de pessoas que viveram em Salvador, exercendo diversas profissões, e que nos acolheram alegremente, corrigindo e acertando fatos. Voltamos a muitos lugares, estivemos com protagonistas dos acontecimentos entre os anos de 1920 a 1960 e fomos reconstruindo os episódios. **Indagamos, não induzimos nada, e certos eventos só foram concluídos quando pelo menos duas pessoas diferentes fizeram referências iguais.** (LEAL, 1996, p. 16, grifo nosso)

Portanto, pode-se inferir que, apesar de serem relatos orais sobre a vida, o cotidiano urbano, os costumes, a moda e lugares da cidade do Salvador no segundo decênio do século XX, trata-se de informações confiáveis para a caracterização do redator-proprietário Mário Paraguassu que, nos primeiros exemplares do referido periódico, se apresentava sob a alcunha de *Coroné Zé Perêra Capa Bode*.

Retornando ao ponto mais interessante para este trabalho, Leal (1996, p. 24) afirma que Mário Paraguassu era um jornalista da época, fato que, seguramente, caracteriza o proprietário do jornal como falante culto que, detrás do codinome *Capa Bode*, escrevendo à moda dos homens do campo, utilizava os ‘erros’ característicos das variantes populares do

português brasileiro dos finais do século XIX e inícios do século XX, conforme o trecho abaixo:

Também era lido pela turma um jornalzinho, que, quando não apreendiam, a edição circulava. Era a “Foia dos Rocero”, do jornalista Mário Paraguassu, **que criticava os erros na base dos escrachos**, como o povo gostava. A coluna principal era a conversa de dois caipiras que criticavam as marmeladas. Jornalzinho do princípio do século, e sua coluna principal era o “Imbirrê Cumpade”, um diálogo entre dois tabaréus, sempre iniciado assim:

- Imbirrê Cumpade!
- Cum que Home?

Daí em diante o diálogo prosseguia com os relatos dos fatos escrabosos na linguagem caipira. “A Foia dos Rocero” não ficou esquecida de ninguém que viveu naquela época. (LEAL, 1996, p. 24, grifo nosso)

Todavia, Dantas (2007) nos trouxe informações mais seguras sobre a real identidade do *Coroné Zé Perêra Capa Bode*. Na verdade, tal alcunha esconde duas identidades que agiram em diferentes períodos da história do folhetim. De início, nos primeiros anos do jornal, o *Coroné Zé Perêra Capa Bode* era Jesuíno Ávila, possivelmente também falante de uma modalidade culta da língua portuguesa. Porém, após um tempo (não se sabe ao certo quando), Mário Paraguassu assume o jornal como redator-proprietário. Assim, pela escassez das informações fornecidas nas pesquisas, torna-se conveniente assumir que, independentemente da identidade real do redator, o *Coroné Zé Perêra Capa Bode* foi um legítimo representante culto da Bahia que utilizava a sátira da linguagem rural para criticar os demandos do Partido Republicano em 1900, período em que se incluem o número dos periódicos a serem estudados neste trabalho.

Para assegurar a informação sobre a identidade dos redatores, Dantas (2007, p. 15) apresenta a informação de que, no frontispício do jornal datado de 14 de agosto de 1968, aparece a seguinte informação: *Fundado por Jesuíno Ávila, o Coroné Capa Bode*. Portanto, cabe neste trabalho nos referirmos ao redator como *Capa Bode* ou redator, pois não foram encontradas informações sobre Jesuíno Ávila, mas, apenas, sobre Mário Paraguassu.

Quanto ao papel desempenhado pelo redator, Dantas (2007, p. 112) nos fornece a seguinte afirmação:

O redator assume o papel de justiceiro na defesa do povo da Bahia, acusando políticos de desviar dinheiro da população, e em particular do grande povo miúdo, notadamente os roceiros, que o jornal apresenta.
(...) ao perseguir os gatunos e combater com valentia, o ratão que roubou a Bahia, apontado como o governador Luiz Vianna.

Dessa forma, percebe-se nitidamente o papel político desempenhado por esse redator que se camufla pelos véus de codinomes e de uma linguagem aparentemente ingênua e comprovadamente caricaturada, desafiando grandes nomes da política baiana.

Retomando o trecho de Leal (1996), o que se pode constatar, além da conclusão a respeito das sátiras da linguagem caipira utilizada no jornal? Muitas coisas.

A primeira delas é que o jornalzinho era lido por uma certa ‘turma’, o que nos permite traçar um perfil do público-leitor desse periódico. Segundo o próprio Leal (1996), essa ‘turma’ era composta por alunos de escolas renomadas, como o Colégio Olímpio Cruz (situado, na época, na Rua Direita de Santo Antônio, número 08, em frente à Cruz do Paschoal), o Colégio Góes Calmon (situado na mesma rua), o Colégio Jacinto Caraúna (no Largo do Barbalho), entre outras instituições de ensino que atendiam aos filhos das classes média e média-alta soteropolitanas. Entre diversos nomes citados por Leal (1996), encontra-se, fazendo parte da turma, o nome do cantor e compositor Dorival Caymmi.

Um outro aspecto que deve ser levado em conta é que o referido jornal era censurado freqüentemente, pois o autor ressalva que o jornalzinho era lido quando não havia apreensão, na certa por mando de alguma figura da elite que fora alvo das críticas acirradas em linguagem rural, como o próprio Leal afirma.

Por fim, percebe-se que o âmbito do público atingido pelo periódico era muito vasto, pois há, no trecho anterior, a afirmação, bastante saudosista, de que o jornalzinho jamais ficou esquecido por alguém que viveu naquela época.

Outra informação bastante importante fornecida por Leal (1996, p. 35) é o nome da gráfica (a Gráfica Moderna), a sua localização (na Ladeira do Pelourinho no 24) e as pessoas que a freqüentavam:

A Gráfica Moderna, em Salvador, ficou na lembrança dos antigos moradores. Originária do velho Diomedes Gramacho, fotógrafo da Lindermam, depois proprietário e fundador da Revista Renascença, editor do “Jornal do Comércio” e de “O Dia”. Seus filhos Delor e Descartes Gramacho assumiram os trabalhos na Ladeira do Pelourinho, 24.

Os jornais de modinha que circulavam nas ruas eram vendidos por “Cigarras ambulantes”. Foram criações da empresa, que também imprimia a “Foia dos Rocêro”, de Mário Paraguassu e “A Garra” de Arsênio Cruz. Ambos pequenos, porém “Venenosos”, ao gosto do povo, porque criticavam os desmandos. Cuica de Santo Amaro, Galdino Silva, Permínio Walter Lírio (poetas de cordel) eram clientes daquela casa.

Como se pode observar no trecho acima, a Gráfica Moderna era o local no qual se imprimiam muitos periódicos da época e era freqüentado por pessoas ilustres, ou seja,

prováveis falantes de uma modalidade culta da língua. Além desses periódicos, imprimiam-se cartilhas de ABC, distribuídas nas escolas de Salvador e das regiões mais próximas.

Ainda se constata, ratificando a citação anterior a essa, que as criações eram bastante “Venenosas”, fato que justificaria a apreensão de alguns exemplares, caso tocasse nas feridas de homens poderosos, pois a *Foia* ‘criticava os demandos’.

A circulação da *Foia* era executada por “Cigarras ambulantes”, denominação que, provavelmente, tem relação com *os minino qui merca nas rua*, o que será melhor abordado na seção posterior.

Retomando a questão dos frequentadores da referida tipografia, eram figuras de referência para a sociedade baiana da época. Entre eles, destaca-se o Major Cosme de Farias, jornalista e político baiano, que atuava junto ao Tribunal de Júri do Estado, e exerceu grande influência sobre a população carente da época, se elegendo, com grande frequência, para os cargos de vereador e de deputado estadual.

Logo, sem sombra de dúvidas e por via do que foi exposto e detalhado acima, com base nas informações de Leal (1996), pode-se concluir que a *Foia dos Rocêro* era lida também pelas classes média e média-alta de Salvador, com um público fiel de estudantes ginasiais, além da população do Recôncavo Baiano, já que a primeira página do jornal informa a sua distribuição no território baiano. Essa constatação se deve às referências a escolas e bairros nos quais essas instituições se situavam na época. Quanto ao Jornalista Mário Paraguassu, um dos principais idealizadores e ‘cabeça’ desse periódico, torna-se oportuno concluir que ele foi do mesmo estrato social dessa comunidade. Então é conveniente afirmar que a *Foia dos Rocêro* sempre foi um jornal satírico, cujos redatores se escondiam por via do uso de variantes rurais da Bahia, caracterizadas pela perspectiva da classe média soteropolitana.

Assim, a *Foia dos Rocêro* surgiu em meio ao comércio da Ladeira do Taboão, para as pessoas que conviviam em uma capital de uma província, pessoas que formavam a nova classe emergente do império brasileiro, servindo de instrumento de contestação.

1.2 A FOIA E A CIRCULAÇÃO DE PERIÓDICOS NO SÉCULO XIX

Durante o século XIX, os periódicos impressos eram os principais veículos de informações e de divulgação da cultura letrada no território brasileiro, fato que não se verifica nos séculos anteriores, devido ao tardio advento da imprensa em algumas antigas colônias ibéricas, como o Brasil. Desse modo, ao conceber um trabalho filológico com base em jornais

e outros tipos de impressos, deve-se considerar que tais testemunhos impressos são portadores de sentido e de conteúdos ideológicos de determinados grupos sociais, como veremos mais adiante.

Transferindo essa realidade para a sociedade baiana do século XIX, segundo os Anais da Imprensa na Bahia, organizado por Carvalho e Torres (1911), circularam cerca de 1760 periódicos, que os autores organizaram cronologicamente ou de acordo com a localidade na qual circulavam. Segundo Barbosa e Lopes (2006), as posturas adotadas para a difusão da imprensa nos territórios colonizados eram diferentes umas das outras, devido às divergentes necessidades locais de controle político. Nesse contexto, a imprensa no Brasil irá emergir somente a partir do século XIX, formando um público-leitor mais amplo do que aquele conjunto de leitores agraciados pelos livros importados, pois, com o desenvolvimento da tipografia brasileira e o aparecimento de periódicos locais, as produções tornaram-se mais baratas e acessíveis a diferentes estratos e comunidades sociais.

Pacífico Barbosa (2007, p. 74) faz a seguinte observação sobre o suporte jornalístico e as novas formas de ler e fazer circular as informações:

observamos que o suporte jornal favoreceu outras formas de ler e fazer circular os textos, o que incluía a leitura em voz alta, o ler para o outro, bem como o empréstimos de jornais ...

Dessa forma, o alcance dos periódicos em relação ao público era muito maior que o de qualquer outra forma de texto, talvez com exceção das cartas particulares ou públicas, que circulavam como forma de comunicação entre pessoas, entre o estado e entre estado-pessoa-estado. Portanto, quando se trata de mídia, o alcance dos periódicos era maior do que qualquer outra forma de mídia da época.

Deve-se levar em conta também a formação de um novo tipo de leitor, um leitor/escritor, que participa e opina nas redações dos jornais e periódicos que circulavam nas províncias brasileiras durante esse período, por meio de cartas de leitores e anúncios na imprensa. Isso pode comprovar que, apesar de o Brasil possuir naquela época um número muito pequeno de indivíduos letrados, o alcance desse tipo de publicação era muito maior que o de qualquer outro tipo.

Ainda discutindo a relação leitor/escritor, Pacífico Barbosa (2007, p. 85) relata que, no século XIX, acontecia uma verdadeira *comichão de escrever*, pois foi aceita desde cedo a colaboração de várias classes sociais para a elaboração e confecção de artigos de leitores anônimos, transformando o jornalismo num “espaço de projeção e ascensão social”, com

colaborações que iam desde a tradução à elaboração de artigos, sem contar com as diversas cartas de leitores, com pedidos ou reclamações para outras pessoas ou para as autoridades locais.

Além disso, devem-se levar em conta os recursos gráficos utilizados pelas tipografias para atrair diversos públicos, como, por exemplo, a utilização de imagens para caracterizar o cenário das notícias e as personagens envolvidas nos fatos relatados, recurso comumente utilizado na *Foia dos Rocêro*. Barbosa (2007, p. 32), caracteriza bem o uso de ilustrações em jornais com essas finalidades, referindo-se à *Gazeta de Notícias* de 1880:

O uso de ilustrações, desenhos a bico-de-pena, é comum desde os primeiros números. Além de ilustrarem o folhetim, as notícias também podem ser destacadas com a utilização desses desenhos, que reproduzem ora o retrato do personagem enfocado, ora as construções, embarcações ou outro tipo de objeto a que a nota se referia.

E mais:

Numa cidade cuja maioria absoluta da população é analfabeta, a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação através da imagem.

A *Foia dos Rocêro* se serve de ilustrações para caracterizar as colunas e estar consoante o imaginário da população baiana sobre os interioranos. Dentre as seções mais ilustradas da *Foia* estão *Serviço isperçjá*, *Li nas Foia* e *Bertulameu e Prexede*, coluna editada neste trabalho. Abaixo, seguem alguns exemplos extraídos do referido jornal:

Figura 1: Serviço isperçjá



Fonte: FOIA DOS ROCÊRO, 1900, p. 1

Figura 2: Li nas foia

Fonte: FOIA DOS ROCÊRO, 1900, p. 1

Figura 3: Bertulameu e Praxede

Fonte: FOIA DOS ROCÊRO, 1900, p. 1

Dantas (2007, p. 90) traz as seguintes informações sobre a técnica utilizada nas ilustrações na *Folia dos Rocêros*, bem como a datação de quando tais figuras começaram a encantar os olhos dos seus leitores:

No jornal *Folia dos Rocêros*, as vinhetas ilustrativas, provavelmente estampadas sob a técnica da xilogravura, apareceram pela primeira vez em janeiro de 1900. A novidade muda a feição do jornal, tornando-o mais atrativo, além de criar identidade às colunas junto ao leitor.

As técnicas de xilografia utilizam madeira entalhada com algum tipo de instrumento cortante como suporte. Em seguida, a folha é colocada por cima do referido suporte para que se passe um rolo embebido em tinta para que os desenhos entalhados (em alto relevo) na madeira passem para as folhas dos jornais. Para impressão dos textos, supõe-se que a técnica

utilizada seria a do *linotipo*, técnica pela qual se montam as matrizes com os caracteres gráficos de cada linha do texto que será reproduzido e depois colocado em cada página.

Sobre um dos ilustradores da *Foia*, Cruz (1992, p. 62) informa que o cartunista Sinézio Alves, ilustrador de livros de cordel e de grandes jornais da Bahia como o jornal “A Tarde” e o “Diário de Notícias”, teria criado o maior caso de sua carreira quando desenhou na *Foia dos Rocêro* o brigadeiro Eduardo Gomes, então candidato à presidência da república, nas eleições de 1945, num picadeiro de circo, com o rosto pintado de palhaço. Essa informação demonstra que em 1945 o jornal ainda mantinha sua característica irreverente.

Outro ponto que deve ser destacado na imprensa oitocentista são as técnicas e meios de circulação de informações nos periódicos. Era bastante comum a troca de dados e notícias entre os folhetins de diversas regiões do país, fazendo quebrar as amarras do tempo, mostrando as notícias e os fatos muitos mais próximos ao tempo em que eles ocorreram. As notícias, resenhas, informes, ou a voz do próprio povo faziam-se ecoar em cidades distintas ou, até mesmo, países distintos. No Brasil, era bastante comum o fluxo de informações entre as grandes cidades e as pequenas cidades interioranas. Tudo isso graças ao telégrafo, denominado na *Foia dos Rocêro* como *arame arengueiro*, que levava informações das cidades do Recôncavo Baiano nas quais a *Foia* circulava.

Dessa forma, Barbosa (2007, p. 23) salienta que ‘a possibilidade de saber o que se passa no mundo em poucas horas constrói gradativamente nova espacialização. O mundo se torna mais compacto. A temporalidade ganha nova dimensão’. O advento do telégrafo gerou uma interação entre esse público-leitor interiorano e o público-leitor citadino, favorecendo, por sua vez, a formação de novos escritores, por via das cartas de leitores, críticas à administração pública, pedidos de ajuda ou simples notícias dos acontecimentos locais, como na *Foia dos Rocêro*, na coluna *Nuças qui veio pur arame arengueiro*.

Um terceiro ponto que deve ser destacado é a maneira como esses impressos jornalísticos circulavam entre as diversas cidades e províncias do Brasil. Como esses periódicos chegavam à mão dos leitores?

A circulação de periódicos nas grandes capitais se dava, principalmente, por via do sistema de assinaturas, semelhante aos dias de hoje, no qual o assinante paga uma determinada quantia quinzenalmente ou mensalmente, a depender do periódico assinado, e recebe o jornal no local designado. Era comum, consoante Lopes e Barbosa (2006, p. 11) em *A expansão dos jornais no Brasil: o início da história*, que o serviço de distribuição fosse feito pelos correios, principalmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. Algumas vezes, os correios do antigo sistema colonial atrasavam a entrega dos periódicos. O mais

interessante que esses pesquisadores puderam notar é que, geralmente, esses leitores não assinavam apenas um periódico, mas diversos outros e de regiões distintas, ampliando, assim, o universo e a variedade de textos aos quais eles tinham acesso, pois esses jornais podiam abordar temas diferentes, uns mais voltados para a política, outros, por exemplo, para a literatura, dentre outros.

Com a chegada do *linotipo*, instrumento tecnológico dos finais do século XIX e inícios do século XX, capaz de produzir linhas inteiras a partir do acionamento de um teclado alfanumérico, a produção dos jornais aumentou e, por sua vez, diminuíram o valor e os custos desses jornais. Em consequência desse fato, alterou-se o sistema de distribuição, com a chegada dos pequenos jornaleiros, que faziam a venda de exemplares avulsos, os quais, segundo Barbosa (2007, p. 27), passaram a gritar em todos os cantos das grandes cidades os nomes desses periódicos, fazendo aumentar, assim, a sua circulação. Assim também circulava a *Foia*, nas mãos dos mininos que merca nas ruas.

Ao observar a coluna intitulada *Trato dos Interece* da *Foia*, constata-se que a sua distribuição estava articulada de acordo com esse esquema exposto acima. Cada região possuía uma espécie de sucursal, com um vendedor regional responsável pela vendagem e gerenciamento das assinaturas. Assim, corrobora-se a premissa anterior de que os jornais são portadores de conteúdos políticos e ideológicos, refletindo as idéias e as concepções dos seus redatores, bem como do público para o qual o periódico é destinado. As localidades e os responsáveis pela circulação da *Foia* eram, por exemplo: em Cachoeira do Paraguaçu, cidade do Recôncavo baiano, o responsável era o Sr. Genezo Pitanga; em São Félix, Amanço Braga; na Capela de Santo Antônio, Virgulino Basto etc. Além disso, poder-se-ia encontrar a *Foia dos Rocêro* nas mãos dos mininos que merca nas ruas. Tudo isso se processava perante a seguinte condição: “A *Foia dos Rocêro*” na mão e o dinheiro na outra; negócio é negócio amigos a parte. Esse trecho ainda nos mostra outro aspecto da *Foia*: a questão do público e da comunidade, objeto que será tratado mais adiante.

1.3 A FOIA DOS ROCÊRO E O MODELO DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS

1.3.1 Definindo as Tradições Discursivas

Os testemunhos de cada Tradição Discursiva devem ser considerados de acordo com suas especificidades, ou seja, tendo em vista que uma determinada tradição porta um sentido,

uma configuração política e social, que devem ser observados tanto em seus aspectos discursivos como em seus aspectos lingüísticos, caracterizando, dessa forma a tradição que se pretende analisar. Cada tradição se centra em seu valor histórico, carregando as informações que caracterizam seu conteúdo lingüístico e discursivo, bem como suas características materiais (tipo de escrita, impressão de caracteres gráficos e ilustrativos, como foram apresentados na seção anterior).

As Tradições Discursivas (doravante TD) e suas implicações para as teorias que abordam a problemática da mudança lingüística são de fundamental importância para entender as contribuições da *Foia dos Rocêro* para a Lingüística Histórica. Deve-se caracterizar, então, o modelo de representação das TD e suas convergências para o estudo do referido periódico. Para isso, torna-se necessário fazer um sobrevôo histórico sobre as TD, a partir dos estudos de Johannes Kabatek (2006), Koch (1997) e Simões e Kewitz (2007), principais difusores desses conceitos no PHPB – *Projeto para a História do Português Brasileiro*.

Partindo de Kabatek (2006), encontram-se as indicações de muitos trabalhos que utilizam a(s) terminologia(s) e orientações das TD. Esses trabalhos estabelecem relações, principalmente entre o estudo das TD e o estudo dos gêneros textuais, por vezes aplicando termos ou conceitos como englobantes, excludentes ou sinônimos, provando que ainda não é claro para boa parte dos pesquisadores brasileiros as diferenças e implicações entre essas duas orientações teóricas, que comumente são confundidas, ou seja, o estudo das TD se confunde, principalmente aqui no Brasil, com o Estudo dos Gêneros e Tipologias Textuais, quando, em verdade, as TD se concentram em estudos históricos dos textos que convergem em tradições.

Primordialmente, devem-se conceber os estudos sobre TD como algo bastante amplo, que abarca as pesquisas efetivamente consagradas aos gêneros textuais, pois, num mesmo gênero textual, podem-se encontrar tradições diversas. As TD podem abranger desde simples fórmulas verificadas nos usos cotidianos, até a estruturação interna de textos complexos. Como exemplos temos o uso simples de uma saudação matutina (Bom dia! Good morning!), que já possui uma estrutura estabelecida e também uma fórmula de resposta pronta; um texto de receitas, que possui uma estruturação prototípica, uma tradição própria, independente da língua em que esteja inserido (partes integrantes do texto como ingrediente e modo de preparo ou mesmo o uso dos verbos no imperativo).

Ainda, assim, paira a pergunta: o que realmente seriam as TD? Para isso, pode-se recorrer às próprias palavras, ou seja, à própria definição de Kabatek (2006, p. 512):

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados.

O nascimento das TD se dá por via da romanística alemã, que, baseada nos ensinamentos de Eugenio Coseriu, concebe a distinção entre três níveis do falar, que seriam, de acordo com Kabatek (2006:506), o *falar em geral* (numa perspectiva essencialmente universal da linguagem, contemplando o dispositivo geral de todo e qualquer homem para a aquisição das línguas naturais), o nível *histórico* das línguas (com o sistema de significação historicamente construído pelas comunidades de falantes da língua em questão) e o *nível dos textos e/ou discursos concretos* (que compreende a própria realização do(s) ato(s) de fala.

Deve-se pensar nesses três níveis do falar atuando concomitantemente, ou seja, nenhuma dessas manifestações atua isoladamente, pois há uma interdependência entre elas. Kabatek (2006, p. 506) ressalta, retomando Coseriu, que não se pode falar sem fazer uso de uma língua histórica e que isso não se pode concretizar senão por meio de textos. Contudo, ele ainda salienta que esses níveis podem ser estudados isoladamente, dependendo do enfoque que o pesquisador desejar.

Assim, a partir dessas formulações conceituais estabelecidas por Coseriu e pela necessidade de distinção entre a linguagem oral e a linguagem escrita, surge, então, a necessidade de duplicação do segundo nível, ou seja a distinção entre a perspectiva histórica da oralidade e a perspectiva histórica da escrita.

Ainda consoante Kabatek (2006, p. 506), por volta de 1955, Coseriu ‘havia postulado uma lingüística própria do texto/discurso’, pois os textos compartilhavam determinadas características independentemente da língua na qual eles se apresentavam.

Logo, propõe-se uma *história da língua* e uma *história dos textos*, que estariam suscetíveis de modificações independentes, ou seja, as fórmulas e estruturas textuais se transformariam, se modificariam, gerando outras formas ou retornando a modelos anteriores, assim como as estruturas lingüísticas.

Portanto, as TD seriam uma espécie de *história dos textos*, ressaltando-se, mais uma vez, independente da *história da língua*, conforme Kabatek (2006, p. 507):

... algumas idéias que mais tarde seriam fundamentais para o conceito das TD, entre outras a observação de que existe uma história dos textos independente da história das línguas e que o estudo histórico das línguas deve tê-las [sic] em conta.

No que concerne a essa independência, é preciso ter um pouco de cautela ou, até mesmo, receio, pois como conceber que uma determinada forma ou estrutura textual possa mudar sem interferir no sistema lingüístico ou sem a influência deste? As mudanças lingüísticas agiriam somente dentro de um ou em ambos os paradigmas? Esses dois tipos de história, que são essenciais para o entendimento dos processos atinentes à mudança lingüística, não teriam pontos de interseção? Um determinado fenômeno de mudança textual não estaria ligado a uma modificação no próprio sistema lingüístico ou vice-versa? O que se torna interessante e contraditório notar no trecho acima é que o próprio autor afirma que para o estudo histórico das línguas deve-se levar em conta o estudo das TD. Essas questões ainda não foram respondidas pelos estudiosos das TD e ainda são alvo de constantes debates.

Telles (2002, p. 93) apresenta diversas observações acerca dos pontos comuns entre os estudos sobre a mudança lingüística e os estudos em crítica textual. Essas observações podem se enquadrar nessa possível inserção apresentada entre a *história dos textos* e a *história da língua*.

O primeiro ponto abordado por Telles (2002, p. 93) diz respeito ao *processo de 'fazer-se o texto'*, que considera como a própria expressão do pensamento, constituindo-se o texto como o uso de uma linguagem, sendo que, quando se refere aos estudos filológicos, a autora afirma que a análise dos fatos da língua contribui para um melhor tratamento dado às edições críticas e que o conhecimento dessas técnicas de edição e preparo dado aos textos é auxiliar para a análise de fatos lingüísticos de determinada época. Logo, percebe-se uma verdadeira implicação entre o estudo da língua e o dos textos, interligados nos estudos diacrônicos.

Ainda segundo a referida autora, citando a grande filóloga D. Carolina M. Vasconcelos, o estudo filológico compreenderia nove etapas, que são: a) o estudo da língua; b) o estudo da métrica; c) o estudo das alusões históricas; d) o estudo dos autores, das particularidades biográficas, retiradas em especial da documentação sobre ele; e) o estudo das relações entre a sua obra e as demais representações literárias; f) a história dos manuscritos; g) a determinação da autenticidade dos testemunhos; h) a restituição do texto do autor; i) a determinação do valor literário e histórico do texto. Essas etapas constituiriam, ainda segundo Telles (2002, p. 95), três grandes grupos: o primeiro seria *o estudo da língua*, o segundo (que compreenderia do item *b* ao item *e*, resumidos no item *i*) seria a *ciência da literatura*, e os

demais itens se concentram na *Crítica textual*. Assim, resumidamente, conclui a autora, a filologia estuda a língua para o entendimento dos textos e a lingüística utilizaria como suporte o texto, seja ele oral ou escrito, para a análise dos fatos da língua.

Pode-se concluir, então, que esses níveis estão em perfeita relação, que implicaria no texto como o testemunho da língua, estruturado pelas suas possibilidades de uso da língua, sendo, portanto, difícil separar dicotomicamente as suas especificidades diacrônicas. Apesar de conter elementos específicos em cada um dos paradigmas, *história dos textos X história da língua*, existem relações que são inerentes e comuns a essas duas realidades.

Retomando as conclusões acerca da *história dos textos* que foram desenvolvidas durante o decorrer do século XX, diversos ramos de estudos para a textualidade são apresentados, por meio de diversas considerações e abordagens. Conforme Kabatek (2006, p. 512), considerou-se primeiramente a textualidade a partir dos elementos sintáticos e lexicais que aparecem em cada tipologia textual (estruturas lingüísticas próprias a cada tipo de texto); depois pensou-se nas questões estruturais de cada texto, levando em conta padrões gerais como a descrição, tecnicidade etc; em outro período, pensou-se no texto e sua inserção situacional (cada tipo de texto específico para determinada situação) e, por fim, o texto aliado a sua ‘função ou finalidade comunicativa’.

Dessa forma, definem-se, novamente, as TD como *modos tradicionais de dizer as coisas*, podendo ir de simples atos de fala - como agradecimentos, saudações - a trechos iniciais de cartas etc, até ainda as formas mais complexas de produção textual que têm suas estruturas comuns em todas as línguas, como receitas de cozinha, bulas de remédio, estruturas das colunas jornalísticas, estruturas métricas de poemas, como o soneto etc.

1.3.2 Traços característicos e definidores das Tradições Discursivas

Que tipos de traços caracterizam determinadas estruturas ou conjunto de textos como uma espécie ou tipo de Tradição Discursiva? Esses traços são bem apontados por Kabatek (2006) e ampliados por Koch (1997).

O primeiro traço definidor e essencial para a caracterização das TD é a *repetição* de fórmulas para, a partir disto, adquirir valor significável. Uma determinada tradição discursiva só se consagra pela repetição, mantendo uma estreita relação com textos ou formas anteriores, podendo se conservar, transformar-se em uma nova tradição ou retomar tradições anteriores. O fenômeno da *repetição* pode ocorrer na estrutura integral do texto, como, por exemplo, as estruturas de documentos como atas e memorandos, ou pode ocorrer com partes isoladas dos

textos, como fórmulas de saudações iniciais ou despedidas em cartas particulares ou comerciais.

Todavia, Kabatek (2006, p. 510) informa que nem todo tipo de *repetição* culminará na formação de uma determinada Tradição Discursiva, pois a mera repetição de artigos, conjunções e preposições recorrentes em todo e qualquer tipo de produção textual numa dada língua não é capaz de formar sozinha uma Tradição Discursiva, pois, conforme dito anteriormente em uma citação, as TD têm por essência um valor de signo próprio, atribuindo isoladamente um contexto significativo. Ele ainda salienta que podem haver tradições compostas por apenas um item lexical, como uma saudação (Ex: Olá!), mas esse item por si só estabelece um significado no contexto em que é empregado.

Portanto:

... nem toda repetição de um elemento lingüístico forma uma TD, mas a formação de uma TD exige a repetição de algo. Kabatek (2006, p. 510)

Koch (1997) informa que para caracterizar as TD é preciso diferenciar seu domínio de outros complexos da língua, como o nível histórico, o universal e o nível individual.

No nível histórico, ou seja, no domínio da língua particular, torna-se necessário salientar que uma determinada tradição discursiva pode evocar formas e estruturas que ocorrem em outras línguas, não sendo necessariamente de uma língua específica, como, por exemplo, estruturas iniciais de cartas, receitas ou fórmulas de editoriais ou artigos jornalísticos.

Em relação ao nível universal, ainda segundo Koch, observa-se que determinados atos de fala e recursos textuais são definidos por regras discursivas de caráter universal, dando forma à tradição específica de cada texto.

Por fim, no que tange ao nível individual ou nível do discurso, é demonstrada a diferença entre a intertextualidade e a interdiscursividade. A primeira se caracteriza pela remissão a partes ou trechos de obras, enquanto a segunda se caracteriza pela retomada de estruturas fundamentais a cada tipologia textual, como, por exemplo, a estrutura de crônicas, contos, receitas, poemas etc.

O que se pode constatar por essas definições e pontos de interseção entre os níveis do falar propostos por Coseriu é que se torna cada vez mais convincente que não se pode separar a língua do texto, ou, melhor dizendo, a estrutura histórica desses dois paradigmas. Podem-se encontrar estruturas textuais, discursivas, independentes da língua, todavia, de alguma forma,

a mudança em um desses paradigmas culminará na modificação ou no início de um modificação em outro paradigma. Se houve uma determinada modificação gramatical na estrutura de uma saudação inicial de uma carta, modificou-se também a tradição dessa estrutura que por ora era formada por elementos lingüísticos diferentes.

No que concerne às mudanças e transformações nos domínios das TD, Koch (apud SIMÕES; KEWITZ, 2007) propõe as seguintes premissas e postulados, que oscilam entre convenções e inovações:

- a) as tradições culturais (todas TD são entendidas como tradições culturais, pois são um tipo específico de manifestação cultural) nunca emergem *ex nihilo*, ou seja, não aparecem por si só, sempre são transformações de outras tradições;
- b) toda tradição pressupõe um certo conservadorismo, contendo algum tipo de influência das tradições de base;
- c) alguns recursos podem ser esteticizados, perdendo sua função inicial e adquirindo uma função estética (Ex.: rimas dos poemas e cantigas que eram utilizadas para fins de memorização e passaram a recursos meramente estilísticos);
- d) as inovações podem ocorrer por via da diferenciação de uma mesma tradição discursiva (pode-se supor que os antigos jornais do século XIX possuíam uma estrutura semelhante às revistas³ de hoje, na disposição dos textos ou colunas e nos temas abordados pelos jornais durante esse período, gerando a especificação de cada periódico em temas e/ou estruturas, formando duas novas tradições: a revista e o jornal da contemporaneidade);
- e) as inovações podem ocorrer a partir da mistura de tradições (podendo ser observada nos modelos de jornais televisivos);
- f) a convergência de tradições pode gerar uma nova tradição;
- g) pode ocorrer a extinção de determinadas tradições.

Por último, por intermédio do que foi exposto acima, cabe salientar que falta um conceito fundamental para o entendimento das TD: o conceito de *evocação*, que seria, segundo Simões e Kewitz (2007), a repetição de conteúdos temáticos nos textos, provocando uma hierarquia temática e peculiar a cada tipo de texto.

Portanto, esses são traços definidores das Tradições Discursivas, cabendo agora, na próxima sessão, caracterizar o periódico *Foia dos Rocêro*, a partir desse paradigma.

³ Revistas de informação. Com diversas colunas destinadas a variados tipos de interesse.

1.3.3 A *Foia dos Rocêro*: uma nova tradição?

Após o estudo dos traços caracterizadores das tradições discursivas, algumas indagações poderão ser feitas a respeito da *Foia dos Rocêro*.

Por tal folhetim conter uma linguagem bastante original para camuflar as críticas dirigidas aos governantes da Bahia e por esta não seguir uma linguagem padrão que se espera em textos jornalísticos do século XIX, essas constatações poderão levar ao seguinte questionamento: Seria uma nova tradição discursiva que emergiu da prototípica forma de jornal que conhecemos até hoje?

Certamente não. Apesar de a *Foia* conter essas características singulares que a destacam do cenário jornalístico, inclusive dentre os periódicos humorísticos, ela mantém e preserva toda a estrutura e diagramação, disposição das notícias e formatos das colunas que caracterizam todo e qualquer tipo de jornal do século XIX, inclusive trazendo publicações literárias semanais, notícias rápidas e anúncios. O que a torna diferente é o uso de um estereótipo da linguagem rural para camuflar as críticas políticas, ou seja, a tentativa de camuflagem dos conteúdos ideológicos e de seus seguidores.

2 O PREPARO PARA A EDIÇÃO: ESTABELECENDO CRITÉRIOS, CONGREGANDO PROPOSTAS

2.1 UM BREVE PASSEIO NA TRADIÇÃO FILOLÓGICA BRASILEIRA: TRILHANDO NOVOS RUMOS

Os estudos filológicos no Brasil tiveram início no começo do século XX e eram realizados por profissionais e eruditos com formações divergentes da área de letras. Os principais estudiosos e editores eram historiadores. Assim, foram numerosos os trabalhos de edição de textos voltados para um público-alvo de historiadores, obviamente não preocupados com questões atinentes à análise lingüística propriamente dita, trabalhos que irão eclodir no Brasil somente por volta dos anos 60. Entretanto, segundo Telles (1998, p. 41), esses historiadores desenvolveram inúmeros trabalhos filológicos, conforme trecho abaixo:

Joram Pinto de Lima ressalta o fato de os primeiros trabalhos de crítica textual no Brasil serem devidos a historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Eugênio de Castro e José Honório Rodrigues

Dessa forma, percebe-se que, nos inícios do século XX, os trabalhos voltados para a edição crítica de textos se desenvolveram no campo das ciências sociais e, por volta da década de 20, ainda segundo Telles (1998), a crítica textual se concentrou em reproduções de edições anteriores. Percebe-se, então, diante da quantidade de reprodução de edições de obras literárias, que os trabalhos filológicos estavam diretamente ligados à divulgação literária e de obras de cunho religioso, como, por exemplo, as edições das obras completas de Castro Alves e as edições do Padre Augusto Magne de a *Demanda do Santo Graal* e de *O Livro de Vita Christi* em língua portuguesa.

Telles (1998, p. 43) propõe um período de formação dos nossos primeiros filólogos, a partir de 1940. Esse período foi denominado *período de formação acadêmica*, caracterizando-se pela formação de pesquisadores nas Faculdades de Filosofia, ainda que de maneira incipiente e deficiente, consoante o filólogo Sílvio Elia. Observa-se, nesse *período acadêmico*, uma série de edições literárias e a inclusão de diversos trabalhos voltados para a crítica textual nos cursos de Mestrado e Doutorado nos Programas de Pós-graduação em algumas instituições de ensino superior do Brasil.

Assim, surge uma tradição, ou, melhor dizendo, uma *genealogia de editores*, especificamente ligada à Universidade de São Paulo, que tem como expoente Segismundo Spina, sendo seu seguidor Heitor Megale, que editou *O Pentateuco da Bíblia medieval portuguesa*, em 1992.

Sobre essa *genealogia de editores*, constatam-se duas vertentes na Universidade Federal da Bahia: uma voltada para o trabalho com manuscritos medievais portugueses, coordenada por Nelson Rosi, tendo como exemplos o trabalho de edição do *Livro das Aves* (ROSSI et al., 1965), a edição dos *Diálogos de São Gregório*, elaborada por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1971), e a edição do *Flos Sanctorum* (2004), feita por Américo Venâncio Lopes Machado Filho. Esses manuscritos pertencem à coleção de documentos medievais de Serafim da Silva Neto. A outra vertente voltou-se para o estudo dos textos e manuscritos do poeta baiano Arthur de Sales, coordenada pelo Professor Nilton Vasco da Gama. Ambos os grupos foram muito felizes na “procriação” de filólogos na terra de *todos os santos*. Dessa vertente não se pode esquecer de mencionar os trabalhos de edição filológica de Rita Queiroz, desenvolvidos na Universidade Estadual de Feira de Santana, preservando documentos da “memória baiana”, bem como os trabalhos de Maria da Conceição Reis, da Universidade do Estado da Bahia, de Rosa Borges, também da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia, que, atualmente estuda textos teatrais censurados e de Alcília Lose, pioneira na proposição de edições digitais, na Bahia.

Um terceiro período analisado por Telles (1998) segue-se à criação do *Curso Superior Livre de Crítica Textual* da Biblioteca Nacional. Os trabalhos de crítica textual se voltarão para a edição de textos de autores modernos. É criada a *Comissão Machado de Assis*, que estabeleceu critérios comuns para a edição dos textos, eclodindo numa seqüência de edições das obras de Machado de Assis. Observa-se, então, uma tendência, a partir dessa comissão, à formação de grupos de editores com critérios comumente estabelecidos para a edição do conjunto de obras que os grupos pretendiam realizar.

Quanto a grupos de pesquisa que estabeleceram critérios comuns para as suas edições, pode-se citar, no Brasil, o PHPB – Projeto Nacional *Para História do Português Brasileiro*, coordenado por Ataliba de Castilho da Universidade de São Paulo. Em (2007) comentamos esses critérios de edição em Projeto de Mestrado para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia:

Os critérios inicialmente selecionados baseiam-se no conjunto de normas discutidas e estipuladas no II Seminário para história do português brasileiro, realizado em Campos do Jordão, em 1998. As dezesseis normas foram idealizadas e discutidas

pelos professores César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Müller de Oliveira (UFSC), Heitor Megale (USP), Marcelo Módolo (Mestrando-USP), Permínio Souza Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Conceição Freire Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC) e afinal estabelecidas em plenária sob a coordenação dos professores Heitor Megale da USP (Universidade de São Paulo) e César Cambraia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Resumidamente, definem-se por um prisma conservador que possibilite a segurança de um estudo lingüístico coerente e fidedigno. Esses critérios podem ser definidos, *grosso modo*, em, apenas, editar o texto original, respeitando ao máximo as características lingüísticas de quem escrevia e abrindo apenas as abreviaturas, ou seja, o tipo de edição é a semidiplomática.

Todavia, sobre a tendência de determinados grupos a estabelecer critérios pré-definidos para a elaboração de suas edições, uma pergunta paira: o texto e o suporte utilizado não reclamam os seus critérios? Com certeza sim, cada texto apresentará, além de características comuns à tradição a qual pertencem, um conjunto de particularidades que cabem a cada texto.

O quarto e último período destacado por Telles (1998) são as novas perspectivas da crítica textual aliada à crítica genética, que consiste na comparação de diversas versões de uma mesma obra com a finalidade de resgatar o processo criativo de um determinado escritor. Essa nova tendência domina os campos da edição de textos em diversos grupos de pesquisa no país.

Nesse cenário devemos dar destaque aos novos suportes para edição de textos, os suportes eletrônicos, que, ainda hoje, são vistos com certo preconceito por filólogos mais tradicionais. Para alguns desses filólogos, o processamento das edições eletrônicas de texto estaria tirando o papel primordial do editor, pois eles acreditam que os procedimentos automáticos irão substituir o labor científico da editoração de manuscritos, datiloscritos e impressos, quando, em verdade, esses procedimentos facilitarão a vida de filólogos e de outros estudiosos da língua. Esse tópico será discutido na próxima seção.

Assim, percebe-se que Telles (1998) traçou bem as diretrizes da periodização da história dos trabalhos filológicos no Brasil, levantando, como visto, quatro períodos essenciais, que relembramos: 1) os estudos filológicos e as primeiras edições, 2) o período acadêmico, 3) a edição crítica de textos modernos e 4) a perspectiva da crítica textual nos dias atuais. Embora esses quatro períodos tenham sido bem articulados e delineados pela autora, entretanto, com as novas perspectivas de suporte técnico disponíveis para o processo de editoração de textos, percebe-se a necessidade de uma reorganização dessa periodização, com a inclusão de um quinto período, que daria ênfase a processos de editoração de textos com suportes digitais, tendência bastante crescente nos grupos de pesquisas de diversas universidades brasileiras, como, por exemplo, a Universidade Estadual de Campinas e a

Universidade Federal da Bahia. A inclusão de um novo período se justifica nas novas perspectivas para os suportes eletrônicos que não são contemplados no quarto período proposto por Telles (1998), que apresenta, apenas o trabalho de edição crítica aliado ao aparato genético. Logo, pensa-se num novo passo – *Novas tecnologias: uma saída?*

2.2 NOVAS TECNOLOGIAS: UMA SAÍDA?

Segundo Lose (2006, p. 63), os materiais do passado, monumentos ou documentos, servem de objeto de análise para os estudiosos da memória. No caso da filologia, esta irá tratar dos documentos, dos testemunhos e das possíveis análises a partir de uma dada documentação.

O ponto crucial destacado por Lose (2006) é a utilização das novas tecnologias para amparar os estudos filológicos. Quais seriam as dificuldades e possibilidades representadas pelas tecnologias? Quais seriam os prejuízos e benefícios que essas tecnologias proporcionariam?

A autora destaca que as edições em ambientes eletrônicos possibilitam uma grande capacidade de armazenamento, a inserção de fácil acesso a informações relativas ao texto editado e, portanto, o meio de editar estaria intimamente ligado ao tipo de edição, ou seja, haveria a mudança do suporte e, conseqüentemente, de características da edição, cabendo ao editor o trabalho indispensável de teorização e estabelecimento de critérios.

Um dos problemas apontado por Lose (2006, p. 68) foi a possível transformação dos leitores em meros localizadores de informações. A edição eletrônica possibilita um maior acesso às informações dos textos editados, contudo a leitura do documento ainda é considerada indispensável para a realização dos trabalhos filológicos, visto que a leitura integral fornece dados relativos à história e construção do documento, à época e aos aspectos estilísticos que caracterizam o autor do documento. Esses aspectos, acredita-se, não podem ser tratados por um programa de localização de informações, pois trata-se, de dados que só podem ser obtidos com o texto em seu aspecto integral.

Baseada em Shillingsburg (1993, *apud* LOSE, 2006), cita oito princípios gerais para as edições de texto em ambientes eletrônicos. Esses princípios são, resumidamente: garantia de acessibilidade de informações para um número maior de pessoas; transportabilidade compatível com as plataformas eletrônicas existentes (ex.: windows *versus* linux); *design* que estabeleça as ligações entre as informações; segurança; integridade do material; expandibilidade; possibilidade de impressão e navegação. Esses princípios forneceriam

edições mais baratas e, acima de tudo, um melhor manuseio dos dados lingüísticos, fornecido pela conexão das informações e dados do material editado. Assim, através de *links*, a comparação de testemunhos, bem como o estabelecimento de relações históricas entre os documentos e os seus autores (ou comunidade), seria muito mais ágil e eficaz. As edições em ambientes eletrônicos seriam uma saída para os trabalhos de crítica genética, pois facilitaria o trabalho da comparação entre os testemunhos de um mesmo texto por meio de links de informações.

O segundo princípio descrito acima, o da transportabilidade, seria o ponto problemático da questão. A escolha, pelo filólogo, da plataforma adequada é uma questão primordial, pois cabe a ele escolher um programa que seja mais acessível aos leitores e, além disso, o filólogo deve saber que existem programações que não são compatíveis entre si. Assim, o risco maior ocorre quando a plataforma escolhida é acessível a poucos, o que reduz drasticamente o público-alvo pensado para a edição.

No Brasil, um dos projetos que utiliza o modelo de edição eletrônica de textos é o *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas, sob coordenação de Profa. Dra. Charlotte Galves (*CORPUS HISTÓRICO DO PORTUGUÊS TYCHO BRAHE*, 1998):

O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* é um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos portugueses escritos por autores nascidos entre 1435 e 1835. Atualmente, 48 textos (2.279.455 palavras) estão disponíveis para pesquisa livre, com um sistema de anotação lingüística em duas etapas: anotação morfológica (aplicada em 23 textos); e anotação sintática (aplicada em um texto).

Essas tecnologias de edição prevêm a edição eletrônica propriamente dita; a partir dela, um sistema de anotação morfológica e, ainda em desenvolvimento, um sistema de anotação sintática. As edições desenvolvidas no referido projeto voltam-se para um público especializado, um público de lingüistas e professores universitários.

Para desenvolver a edição eletrônica de textos é necessário estabelecer uma diferenciação entre os textos editados eletronicamente e os textos editados mecanicamente, segundo o manual de preparação de textos do referido projeto.

As primeiras peculiaridades destacadas pelo manual dizem respeito às diferenças materiais que são: suporte, tecnologia e codificação de informação.

Quanto ao suporte, os textos editados mecanicamente têm como suporte essencialmente o papel, enquanto que os textos editados eletronicamente possuem como suporte uma mídia, como Cds, disquete e discos rígidos. Existem vantagens e desvantagens

em ambos os processos. No processo mecânico ou manual, a vantagem é o baixo valor do material utilizado, pois os suportes eletrônicos são mais caros, o que reduz o alcance do texto a um público leitor mais amplo. Todavia, para alguns filólogos, a durabilidade do material impresso é menor do que a digital. Acreditamos que, independentemente do suporte, o cuidado do arquivista é que irá interferir na durabilidade do texto.

No que concerne à tecnologia, os textos produzidos mecanicamente ou manualmente se organizam por meio de sinais gráficos desenhados sobre um suporte, ao contrário do texto produzido eletronicamente que se organiza a partir de um conjunto de pulsos de informação digital armazenados numa mídia.

Ao tratar a questão da codificação da informação, Paixão de Sousa (2006), salienta a questão da mediação, visto que no sistema eletrônico há uma etapa intermediária, o processamento computacional, através do qual os sinais são codificados (pulsos de informação) em sinais gráficos para serem legíveis posteriormente.

Quanto ao processo de etiquetação, esse sistema é baseado num programa desenvolvido para textos do *Inglês Médio*, portanto uma dos maiores obstáculos é a adaptação do programa para a sintaxe do português, pois as estruturas sintáticas do português são diferentes das estruturas sintáticas do *Inglês Médio*. Cabe ainda aos novos pesquisadores adaptar essa tecnologia para estruturas típicas do português brasileiro, ou seja, cada língua irá reclamar um tratamento específico, exigindo a adaptação de técnicas de edição e da própria tecnologia de busca e recolha de dados.

Em meio a essa problemática em torno dos novos suportes tecnológicos que servem de apoio para o trabalho filológico, aparecem novos questionamentos: como ficariam os tradicionais modelos de edição de textos propostos pela filologia? E, no que concerne às edições de manuscritos, datiloscritos ou impressos, haveria diferenças? Deve-se pensar, então nos *Modelos de edição e as novas tecnologias*.

2.3 MODELOS DE EDIÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Cambráia (2005) tornou-se um clássico para os iniciantes da arte de editar textos. Esse texto apresenta de maneira sucinta e coerente os modelos de edição, segundo as duas grandes classes de estabelecimento dos textos.

No que tange às formas de estabelecimento da editoração, devem-se levar em conta, segundo o referido autor, dois aspectos: o público-alvo e as edições anteriores. Isso é feito a partir do levantamento do *campo bibliográfico* do texto em questão, ou seja, do

estabelecimento da real necessidade dos leitores em relação ao texto a ser editado e do domínio das edições que já estão disponíveis no mercado.

As formas de estabelecimento estão distribuídas em duas grandes classes. As *monotestemunhais*, referentes aos textos que possuem apenas um testemunho e as *politestemunhais*, que estabelecem o confronto entre dois ou mais testemunhos.

As edições *monotestemunhais* são divididas em (CAMBRAIA, 2005, p. 91):

- a) fac-similar – que se baseia na reprodução da imagem e apresenta um grau zero de mediação;
- b) diplomática – com um grau baixo de mediação e importantíssima para os estudos sobre a história da língua, pois mantém as características dos textos, como os sinais abreviativos e suas marcas próprias. Esse tipo de edição se caracteriza apenas pela transcrição fidedigna do texto;
- c) paleográfica – também chamada de semidiplomática, paradiplomática ou diplomático-interpretativa. Essa edição possui um grau médio de mediação, tornando o texto mais acessível a um público que não domina a linguagem dos sinais abreviativos. Esse tipo de edição também se utiliza da inserção ou supressão de elementos por conjecturas, entre outras formas de intervenção;
- d) interpretativa – destinada a um público mais amplo, se utiliza de uma uniformização essencialmente gráfica, que, segundo Cambraia, se diferencia da modernizada, pois a modernizada modifica os itens lexicais para facilitar a leitura de um público mais iniciante. Na interpretativa, a uniformização, volta-se a afirmar, é gráfica.

A respeito das edições *politestemunhais*, Cambraia (2005, p. 104) remete a dois tipos:

- a) a edição *crítica* – que se caracteriza pelo confronto de mais de um testemunho, geralmente apógrafos, e que tem como objetivo a reconstituição do texto segundo a última forma que o autor lhe havia dado;
- b) a edição *genética* – que visa à comparação dos testemunhos, geralmente autógrafos, para a verificação das diferenças entre as redações preliminares e a forma final dada pelo autor.

O fato mais interessante que deve ser notado é que, na descrição dos modelos de edição, o aspecto privilegiado são as formas gráficas, ou seja, as descrições dos modelos de edição se centram nos manuscritos, deixando à margem a edição de datiloscritos ou impressos. A edição de datiloscritos e, sobretudo, de impressos é algo que deve ser considerado nos dias de hoje, pois esses tipos de textos estão se tornando cada vez mais importantes para a reconstrução da história das línguas. Como considerar então uma edição denominada tradicionalmente como diplomática se o termo em si carrega em sua gênese o conceito de diploma? As edições diplomáticas excluiriam os textos datiloscritos e impressos?

Deve-se pensar ou na especificação de termos para as edições de datiloscritos e impressos ou na ampliação de sentido dos termos tradicionais, a fim de que comportem outros tipos de textos. Também deve-se levar em conta que, ao contrário dos manuscritos, os impressos se multiplicam, de maneira muito mais ágil, em numerosos exemplares.

Outro fator que deve ser levado em conta é que a tradição impressa também é suscetível a erros ocasionados no momento da impressão ou da montagem do aparato para reprodução. Vejamos o que Spaggiari e Perugi (2004, p. 21) têm a tratar sobre os “os caminhos do original para tipografia”:

O original, escrito à mão (ou, em época moderna, datilografado), era entregue à tipografia, que procurava, através da composição, as provas a corrigir pelo autor, ou, faltando estes, pelos revisores. O antigo tipógrafo, então, devia compor o texto palavra por palavra, alinhando, num quadro da mesma dimensão da página, os caracteres correspondentes cada um a uma das letras do alfabeto. Uma vez acabada a composição duma página, passava-se a tinta por cima dos caracteres e, logo depois, imprimia-se uma folha de papel ou de pergaminho. O procedimento ficava, por conseguinte, difícil e, sobretudo, demorado, o que explica o custo muito elevado das primeiras obras impressas (ou incunábulo).

Além disso, os caracteres móveis eram, por natureza, susceptíveis de mudar o seu lugar, ou então, de se quebrar, desfigurando o texto. Explicam-se desta forma as diferenças existentes entre vários exemplares da mesma tiragem, que deveriam ser teoricamente idênticos: na realidade, acidentes mecânicos do tipo acima indicado, junto com os intervalos de tempo entre uma e outra tiragem, dão conta das alterações que se produzem nas edições antigas duma obra.

Os erros decorridos dos fatores demonstrados por Spaggiari e Perugi (2004, p. 21) só poderão ser verificados na *Foia dos Rocêro* caso, por algum acaso do destino, se encontrem outros exemplares de um mesmo número para compará-los.

Retomando o ponto tratado, de que maneira as novas tecnologias contribuiriam para a revisão dessas terminologias?

Com a ampliação dos suportes e das técnicas previstas para a preparação dos textos, a revisão dos modelos e tipos de edição seria inevitável, pois a adaptação seria essencial e isso

implicaria na revisão da terminologia dos modelos, a fim de que se atenda uma maior diversidade de documentos, como, por exemplo, a editoração de jornais e revistas antigas, fontes indispensáveis para a reconstrução da história de uma língua.

Ainda assim, resta uma última pergunta: as novas tecnologias implicariam na morte do filólogo? O trabalho do filólogo seria substituído pelo cérebro eletrônico?

2.4 A MORTE DO FILÓLOGO OU O RENASCIMENTO

Observou-se o percurso dos estudos filológicos no Brasil e os caminhos e desafios, ainda não desbravados, quer por desconhecimento dos novos suportes tecnológicos para o trabalho de edição de textos, quer por certa resistência de alguns filólogos em enveredar por esses novos rumos da crítica textual moderna.

É do conhecimento de todos que um dos prejuízos possíveis do advento dessas técnicas de editoração de textos é a transformação do profissional do texto em um mero localizador de informações, conforme salientou Lose (2006). É bem verdade que aqueles que se limitam a apenas buscar os dados lingüísticos para sua pesquisa sem terem contato com o material de análise ou o *corpus* na íntegra não devem ser tratados como filólogos ou ‘novos filólogos’, pois a Filologia em sua essência somente pode ser concebida como trabalho com textos.

Outro ponto que já ressaltamos é o seguinte: freqüentemente, alguns estudiosos mais tradicionais temem a possibilidade de o computador substituir o trabalho do filólogo ou editor de textos. Esses pesquisadores acreditam que essas novas técnicas iriam realizar as aberturas de abreviaturas, por exemplo, como num passe de mágica, ou seja, na concepção deles, o editor do documento forneceria os dados e a programação ou pacote de programas desenvolveria os itens abreviados de maneira rápida e automática, dispensando o trabalho do editor de textos. Essa concepção vem se tornando uma espécie de *lenda filológica*, pois o que ocorre é uma má interpretação das possibilidades de trabalho dos diversos programas de editoração de textos. A tecnologia veio para uma melhor qualidade no armazenamento das edições, no tratamento dado ao *corpus* e na agilidade da busca de dados relativos ao texto, ou seja, ela facilita o trabalho do filólogo, mas nunca o substitui. Seria, por acaso, possível que uma determinada programação eletrônica conseguisse decodificar um sinal abreviativo que pode remeter a duas formas? Até então essa programação é desconhecida.

Dessa maneira, fica constatado que o filólogo não morreu. Independentemente do suporte utilizado para a editoração de textos, ainda se torna imprescindível o trabalho do filólogo tradicional, pois ele é o centro, a cabeça, para a preparação dos textos. Afinal, a máquina nunca irá trabalhar sozinha, ela sempre dependerá dos comandos do homem.

A matéria, os *corpora*, a partir de agora, renascerão das poeiras dos arquivos por meio dos *flashes* fotográficos e deixaremos de usar óculos ou nossa querida lupa, para dar lugar ao *zoom*. As informações organizadas em diversas folhas e encadernadas em pesadíssimos volumes ficarão inscritas em *bites*, podendo ser conectadas umas às outras, estabelecendo assim uma grande rede de sentidos.

3 CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO DAS COLUNAS SELECIONADAS DA FOIA

Para a edição do material selecionado, que está apresentada em CD anexado a essa dissertação, foram seguidas as orientações conservadoras do II Seminário para a história do português brasileiro, realizado em Campos do Jordão, em 1998, sintetizadas nas normas das edições das *Cartas de Leitores – Críticas, Queixumes e Bajulações na Imprensa Brasileira do Século XIX* (BARBOSA; LOPES, 2006) retirando-se os critérios que dizem respeito apenas às tradições manuscritas.

As normas de edição das cartas de leitores apresenta um conjunto de critérios e normas específico para a transcrição de periódicos do século XIX, sem privilegiar o *layout* dos jornais, mas preservando ao máximo as características lingüísticas de cada texto.

As normas foram integradas ao modelo de edição de textos do Projeto *Thyco Brahe*, sediado na Universidade Estadual de Campinas.

Sobre o modelo de edição eletrônica de textos adotados pelo *Thyco*, que servirá de suporte para a edição das colunas selecionadas da *Foia*, aliado aos critérios do PHPB, pode-se dizer que a escolha recaiu sobre uma determinada transcrição em *xml* (eXtensible Markup Language) facilitando a codificação de elementos lingüísticos originais e as interferências dos editores, que podem ser isoladas, mais tarde, via arquivos de extensão XSLT. O trabalho de editoração em *xml* permite ao pesquisador gerar duas edições, uma conservadora, mais interessante para o estudo de grafias, aspectos atinentes à fonética e fonologia históricas e uma modernizada, que favorece, especialmente, os estudos de lexicologia, morfologia e o nível mais explorado, a sintaxe. Portanto, torna-se oportuno realizar as transcrições seguindo esse modelo de processamento de texto, por via do processador *E-macs*, que, desse modo, fornecerá ao PHPB ferramentas mais ágeis para a busca de dados lingüísticos.

Logo, quando se editou a coluna Bertulameu e Prexede, a tecnologia de processamento de texto do *E-macs* preservou, ao máximo, na medida do possível, as características inerentes ao *layout* das colunas, principalmente no que concerne à distribuição de linhas e páginas, enquanto os critérios do PHPB se aproximam ao máximo do que a filologia tradicional nomeia de edição semidiplomática, conservando fielmente as características lingüísticas do texto. Ou seja, há uma espécie de compensação entre o processador *E-macs* e os critério do PHPB.

A coluna *Bertulameu e Prexede* apresenta uma conversa longa entre dois “cumpades” que se encontram todos os sábados para falar de coisas corriqueiras de suas famílias e de assuntos políticos que dizem respeito aos interioranos. Assim, *Bertulameu e Prexede* foi

selecionada por se tratar de um texto mais longo que permitiu retirar maior quantidade de dados para análise da concordância verbal e por trazer mais informações históricas a respeito da política baiana do século XIX, pois o redator, como bem informa Dantas (2007, p. 112):

O redator assume o papel de justiceiro na defesa do povo da Bahia, acusando políticos de desviar dinheiro da população, e em particular do grande povo miúdo, notadamente os roceiros, que o jornal representava.

Dessa forma, após a seleção da referida coluna, adaptaram-se as normas de Barbosa e Lopes (2006). Portanto, a edição da citada coluna orientou-se consoante os seguintes critérios:

- a) Edição de orientação conservadora;
- b) Manutenção da ortografia típica do periódico, visto que ele busca se aproximar de um dialeto rural;
- c) Aproximação do *layout*, de acordo com as possibilidades oferecidas pelo processador *E-macs*;
- d) Conservação de qualquer notação aparecida no texto;
- e) Desconsideração dos grafemas em itálico, visto que sua notação em itálico não representa nenhum valor lingüístico;
- f) Além disso, foram utilizadas as seguintes notações:
 - [...] indicam ausência de letra ou sílaba;
 - [[]] indicam repetição de letra ou sílaba;
 - (XXX) indicam caracteres, letras ou sílabas ilegíveis;
 - Furo, corroído ou espaço são anotados no processador por isolamento de informação, por exemplo: <!-- - furo no papel- -->. Assim, apenas o pesquisador terá acesso a essa informação, pois, quando impresso, o texto ficará menos ‘poluído’, ampliando assim o público-alvo, ou seja, facilitando a leitura para um leigo e mantendo informações do texto para os lingüistas e filólogos, pois tais informações só serão visualizadas por via do processador *E-macs*.
- g) Demais notações estão consoantes às adotadas pelo PHPB.

As notações do PHPB se aplicam a transcrição de manuscritos relativos à história do português do Brasil. As normas do PHPB são as seguintes⁴:

- a) A transcrição será conservadora.
- b) As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.^{to}” a ser transcrita “munto”;
 - no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual, ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrência “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.^s” a ser transcrita “Deus”.
- c) Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor ser” [sic]; “aellas”; “daPiedade”; “omninino”; “dosertaõ”; “mostrandoselhe”; “achandose”; “sesegue”.
- d) A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intercalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passãõ eninguem comparece”.
- e) A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “aRepublica”; “docomercio”; “edemarcando tambem lugar”; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “que hé munto conveniente”.
- f) Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
- g) Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota

⁴ Os critérios aqui apresentados referem-se aos desenvolvidos no PHPB. Obviamente, pelo fato da *Foia dos Rocêro* pertencer a uma tradição impressa, deve-se ignorar os termos *escriba* ou *copista*, bem como ignorar, para a edição da *Foia* os critérios que se referem exclusivamente à tradição manuscrita. Por exemplo, o critério ‘p’, que se refere à assinaturas.

1. Pirassocunda por Pirassonunga”; “nota 2. deligoncia por deligencia”; “nota 3. adverdinto por advertindo”.⁵
- h) Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado acasa dePedro nolargo damatriz>.
- i) Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ~~ninguem~~ dospresentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ aspresas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço.
- j) Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
- k) Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”
- l) Letra ou palavra não legível por determinação justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]
- m) Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
- n) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: entre as linhas. A mudança de fólios receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. || 3r.⁶
- o) Na edição, as linhas serão numeradas numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

⁵ Após a transcrição da documentação, verificamos que seria impossível respeitar tal critério, tendo em vista que toda a documentação foi escrita num linguagem caricaturada, logo seria necessária uma nota para cada vocábulo do texto.

⁶ Critério do PHPB que não foi aproveitado no processamento eletrônico de texto.

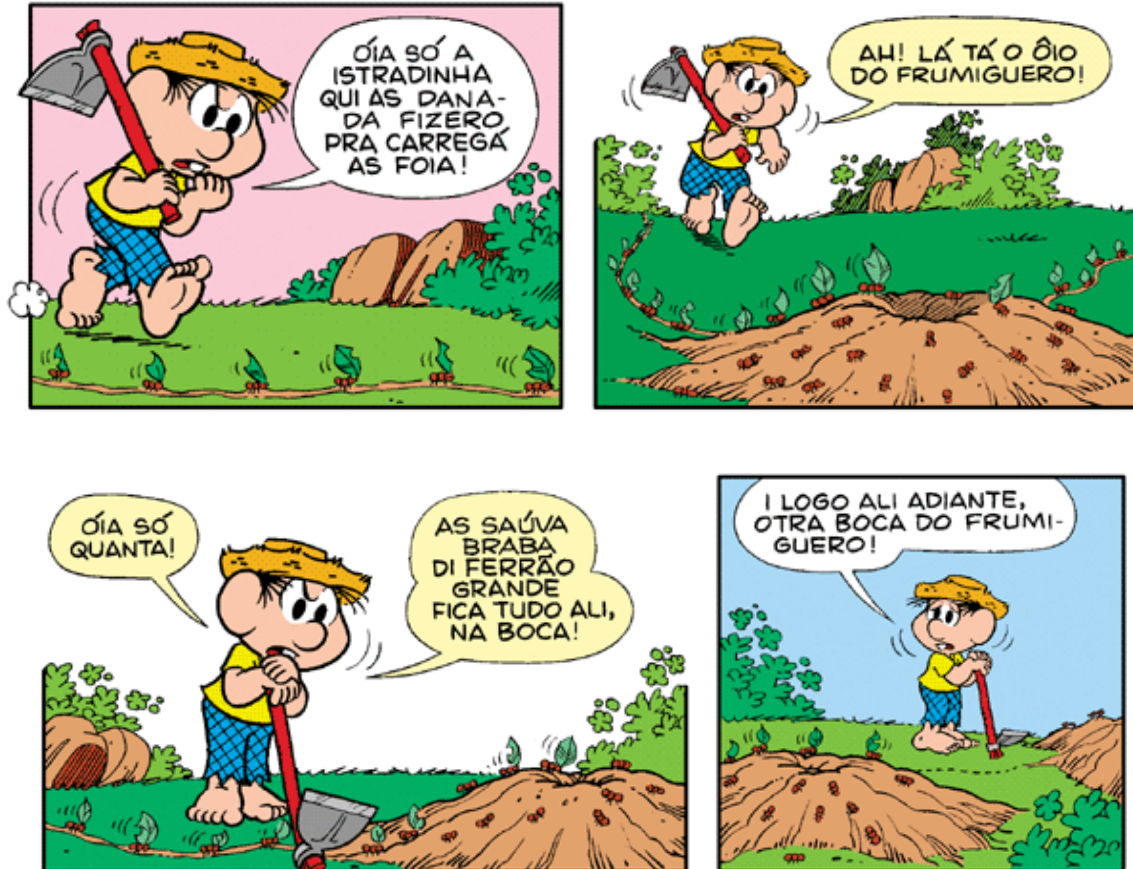
- p) As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

No que diz respeito ao desenvolvimento de abreviaturas, optou-se pela manutenção dos itens sem desenvolvê-los, caso aparecessem, tendo em vista que a coluna *Bertulameu e Prexede* não apresentou nenhuma abreviatura que não fosse a dos nomes das personagens, respectivamente, B. (Bertulameu) e P. (Prexede), além de, na coluna publicada no exemplar de número 21, uma terceira personagem de pré-nome *Tarneton*, identificada pela abreviatura T.

Assim, a partir desses critérios e adaptações, procurou-se elaborar uma edição de orientação conservadora, muito próxima a uma edição diplomático-interpretativa. No entanto alguns filólogos restringem o uso dessa nomenclatura apenas aos manuscritos, não se estendendo ao uso em impressos ou datiloscritos. Contudo, acreditamos que a nomenclatura diplomático-interpretativa já ampliou seus usos para além de manuscritos, tendo em vista que os suportes de escrita já se modificaram bastante, passando de manuscritos para suportes impressos e, contemporaneamente, para suportes digitais, ampliando o domínio do público-alvo a cada transformação.

4 OBSERVANDO UM ASPECTO LINGÜÍSTICO PARA CARACTERIZAÇÃO DO FALANTE RURAL NO LIMIAR DO SÉCULO XX : A CONCORDÂNCIA VERBAL

Figura 4: Ou nós acabamos com as formigas...



Fonte: (SOUSA, 2008)

B. Mais quá... cumpade, esses ingreia! esses ingreis esses ingreis é o diacho. Apois, cumo istuciario um apareio pra mode vê o qui tá pur dento da gente.

P. Cumpade, esses diacho vremeião qui nem camarão cozido, tem parte cu xujo apois, Nó Sinhou non qué qui os home faça essas viagem, não, só negoço do inimigo (Ave Maria, Ave Maria). Cumpade, (non ataiando sua preposta honrada) voincê viu as foia da capitá qui trais iscrivido um baruião do tá disputado das bomba cum seu dotou Liá?⁷

O fenômeno da concordância verbal é um dos elementos mais característicos para representação das falas das populações rurais de ontem e de hoje no Brasil. Ao observar as falas da personagem Chico Bento nos quadrinhos acima, personagem criada pelo cartunista

7 Arquivo eletrônico da edição <C:\Users\Acer\Desktop\corpora\oficina_agosto\xml\bep02.xml>

Maurício de Sousa, após 1959⁸, observa-se que um dos recursos utilizados pelo cartunista para marcar as falas da respectiva personagem é a ausência de concordância ou a concordância em alguns contextos especiais, nesse caso a utilização do morfema de P6 com alteração fônica do ditongo nasal⁹.

Portanto, assim como Mário Paraguassu, com as personagens que circulavam no universo da Foia dos Rocêro, consoante as edições de *Bertulameu e Prexede* apresentadas na edição deste trabalho, também Maurício de Sousa, com as personagens que compõem as histórias de Chico Bento, faz uso de peculiaridades inerentes à caracterização de personagens rurais pelo imaginário de um falante culto da língua portuguesa.

Levantar esses tipos de características para marcar as falas de populações menos privilegiadas não foi uma técnica exclusiva de autores de início e meados do século XX. A marcação de variações lingüísticas, sobretudo das variações diafásicas e diatópicas, é uma das estratégias mais utilizadas por diversos autores de épocas também distintas. Isso não é artifício diferente do utilizado por Gil Vicente em Portugal, no século XVI.

Gil Vicente, em sua obra, buscou retratar a Lisboa quinhentista por meio da caracterização lingüística de certos segmentos populacionais. Como bem informa Mattos e Silva (1991, p. 123), a Lisboa desse período seria um campo perfeito para qualquer sociolingüista dos nossos tempos. A autora informa que Gil Vicente caracterizava o modo de falar dessas populações, utilizando o artifício das sátiras. Assim, eram caracterizadas gentes de todas as esferas sociais, conforme trecho abaixo:

Avaliada em um milhão de habitantes a população portuguesa de então, cem mil se concentravam na capital. Atraídos, vinham para Lisboa para viver, negociar ou tentar partir para as aventuras marítimas gentes de todo o reino, sobretudo das Beiras e do norte, onde o excesso populacional sempre marcou os seus habitantes como destinados migrar, emigrar. **Conhecidos jocosamente como <<ratinhos>>, passaram à literatura e à história graças, sobretudo, à arte de Gil Vicente em recriar o rico tecido humano da sociedade portuguesa de seu tempo. Com eles vinham os seus <<modos de falar>>, os seus costumes.** (MATTOS e SILVA, 1991, p. 123, Grifo nosso).

Logo, a caracterização de falas de habitantes rurais não é característica prototípica de autores do século XX, mas tudo o que torna o falante diferente, fora dos contornos de fala culta e das prescrições das gramáticas normativas, maiores expoentes da norma-padrão, serve de motivo de ridicularização ou reprovação. Assim como Gil Vicente, Mário Paraguassu, na

⁸ Cf.: <http://www.monica.com.br/index.htm>.

⁹ No primeiro balão: *Óia só a istradinha qui as danada fizeram pra carregá as foia.*

Foia dos Rocêro, utiliza características admitidas como típicas de um segmento social para criticar os erros "na base dos escrachos": "Também era lido pela turma um jornalzinho, que, quando não apreendiam, a edição circulava. Era a "Foia dos Rocero", do jornalista Mário Paraguassu, que criticava os erros na base dos escrachos" (LEAL, 1996, p.24)

Desse modo, o que se pode inferir nos escritos da *Foia dos Rocêro* é que, a partir de dados de análises lingüísticas, poderá ser possível encontrar traços da gramática culta do redator. Essa gramática culta é aquela, internalizada, do(s) redator(es) do periódico que, por ser(em) pessoa(s) escolarizada(s) e pertencente(s) a uma classe social elevada da sociedade baiana da época, têm muita proximidade com a norma padrão do período estudado, logo, é válido observar as realizações lingüísticas das personagens que criaram, a partir do parâmetro do padrão prescritivo e normativo.

É interessante destacar aqui a originalidade do seu material: considerando-se que o falante tem consciência de registros diferentes do seu, registros que lhe chamam a atenção, o padrão real de fala dos editores/redatores deve ser inferido por contraste com as realizações que colocam na boca das suas personagens, para caracterizá-los como falantes não-letrados .

O fenômeno que pretendemos estudar, para a caracterização dos falantes rurais representados no *corpus* editado, é a concordância verbal. Logo, cabem os seguintes procedimentos:

- a) Levantamento exaustivo dos segmentos que apresentam concordância e não-concordância no material editado;
- b) Confronto desses segmentos com prescrições normativas do mesmo período;
- c) Distribuição desses segmentos, a partir da observação de contextos favorecedores ou desfavorecedores da concordância.
- d) Explicitação das realizações que foram selecionadas, sistemática ou assistematicamente, pelos editores, para caracterizar a fala rural

Dessa forma, pretende-se descrever um dos artifícios utilizados por Mário Paraguassu para caracterizar as falas personagens rurais de início do século XX. Para tal feito, é oportuno descrever sucintamente o tratamento dado ao fenômeno de concordância verbal pelas prescrições gramaticais, nos idos de 1900.

4.1 O PERCURSO HISTÓRICO DO PENSAMENTO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL: OS ESTUDOS DE ALVES DA SILVA (2005)

Alves da Silva (2005) buscou analisar a concordância verbal e as situações mais propícias para a não-marcação de concordância em amostras de fala do português popular do Brasil. O autor apresenta um estudo muito preciso, que fundamentará esse trabalho, sobre a história da concordância verbal, partindo da antiguidade clássica e se concentrando no Brasil além de outros estudos como o de Brandão (1994) e Vieira (2007).

Brandão (1994) afirma que os primeiros estudos dialetológicos no Brasil salientam o fenômeno da concordância nominal, a saber, a ocorrência ou não do /S/ em final de vocábulo nas falas populares de diversas regiões do país. Para ratificar tal assertiva, a autora cita a seguinte afirmação de Marroquim (1945, apud Brandão, 1994: 50):

na língua do povo todas as palavras terminam em vogal. Apenas o s subsiste excepcionalmente no artigo, nos numerais e demonstrativos, quando está indicando a pluralidade; os home, duas cadera, aquelas coisa

A afirmação acima, como dito, toca o âmbito da concordância nominal, no entanto é útil para salientar que a falta de concordância, de modo geral, é marca característica das normas populares, tornando-se um fator de estigmatização naquela época e nos dias de hoje.

Voltando ao foco deste trabalho, Vieira (2007, p. 86) traz a seguinte afirmativa acerca da concordância verbal:

A não-realização da regra de concordância verbal, no português do Brasil, constitui, sem dúvida, um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante, que se revela, com mais nitidez, no âmbito escolar. O forte contraste entre o uso ou não do mecanismo de concordância e as políticas de ensino, espelhadas em práticas didático-pedagógicas fundamentadas em gramáticas que pressupõem uma norma única, indicam a necessidade de se conhecerem as regras em uso pelas diversas comunidades de falantes.

Ou seja, a não-marcação da concordância verbal consiste num traço de diferenciação social, um traço característico de um determinado segmento da sociedade. Por essa razão, talvez, espera-se no *corpus* a ser analisado um número alto de itens verbais morfologicamente não-marcados, para caracterizar as falas das personagens rurais *Bertulameu* e *Prexede*. Caso o número de itens marcados seja maior do que o esperado, provavelmente, será por interferência da variante culta do editor do jornal.

A concordância verbal, consoante Alves da Silva (2005), é ponto tratado desde os gregos até as gramáticas modernas.

É interessante notar que, entre os clássicos, gregos e romanos, freqüentemente se observa a concordância semântica em detrimento da concordância estrutural, pela qual nomes coletivos, apesar de estarem no singular, combinam-se com verbo no plural, como seria o caso de *o povo*, *o coro*, exemplos dados do grego pelo próprio autor. Ainda segundo Alves da Silva (2005), o inverso também se verifica, pois há nomes no singular que possuem marcas de plural. Em latim temos o exemplo da palavra *Atenas*, que designa apenas um elemento ou um ser.

Após essa reflexão sobre os estudos clássicos, o referido autor trata o fenômeno da concordância verbal em língua portuguesa, conquanto Alves da Silva (2005) tenha julgado por bem explanar o que denomina *os princípios gerais da concordância*, a partir da análise de gramáticas do português contemporâneo. A descrição desses princípios é de fundamental importância para o entendimento de tal fenômeno e para a análise do *corpus*.

Os princípios gerais da concordância, segundo Alves da Silva (2005) são:

- a) o princípio da atração;
- b) o princípio da lógica do pensamento;
- c) o princípio da eufonia;
- d) o princípio da autoridade dos bons autores e, por fim,
- e) o princípio da intenção.

O *princípio da atração* se vale da maior proximidade em relação a um dos elementos do sujeito composto, quando o verbo tende a concordar com o elemento mais próximo e não com o todo.

Quando o sujeito composto é formado por elementos com certa proximidade semântica, aplica-se o *princípio da lógica do pensamento*, em que se verifica o uso do verbo no singular. Segundo Alves da Silva (2005), esse princípio pode ser verificado no latim e em diversos ditados populares do sul da Bahia, conforme foi verificado pelo autor no exemplo *Amor e Senhora não quer companhia*.

Concordância com expressões partitivas, como *um dos muitos*, *a maioria de*, é regida pelo *princípio da eufonia*, no qual se atesta o uso do verbo no plural para dar mais harmonia

sonora, consistente, observamos, na proximidade em relação ao verbo do elemento que completa as expressões.

O *princípio da autoridade dos bons autores* é o que se demonstra mais tendencioso entre os princípios acima citados. Esse nada mais é do que a legitimação de certos desvios em relação à norma padrão, que é calcada nos cânones literários.

No que diz respeito ao *princípio da intencionalidade*, segundo Alves da Silva (2005), os autores ‘tentam justificar o desvio da regra geral’, a partir de supostas intenções dos escritores.

Assim, o referido autor trata tais princípios como um conjunto de justificativas e instrumentos de legitimação de alguns usos, no que tange à variação dos usos da concordância. Dessa forma, pode ser que o autor da *Foia dos Rocêro* tenha utilizado a concordância variável ou a não-concordância para caracterizar os dialetos rurais da Bahia da forma como foram observados pelo redator e utilizados pelos falantes rurais. Ainda que em determinados momentos as marcas de concordância possam figurar nos discursos de *Bertulameu e Prexede*, essas serão, possivelmente, um espelho da escolaridade do redator interferindo na proposta, ou melhor, introduzindo as marcas de um redator letrado.

Ainda recorrendo aos estudos de Alves da Silva (2005), observa-se o comportamento da concordância verbal no período arcaico da língua portuguesa e nas falas dos pretos e rústicos em Gil Vicente.

Quanto ao PA, o autor se valeu dos estudos de Mattos e Silva (1986) para caracterizar tal fenômeno na língua portuguesa. Nessa época, Mattos e Silva constatou a aplicação da regra geral de concordância, salvo em casos em que interferem a semântica (sujeitos com sentido coletivo) e a proximidade do sujeito em relação ao núcleo do sintagma verbal. Alves da Silva (2005) chegou à conclusão de que a aplicação da regra de concordância no PA está ligada a fatores sintáticos e fatores semânticos, sendo determinantes para a escolha entre o singular e o plural.

No que tange aos textos vicentinos, o que fora levantado por Alves da Silva (2005) é que, em relação à língua de preto, predomina o uso do infinitivo em todas as pessoas verbais e a falta de concordância entre o núcleo do SN e a forma verbal do SV, o que caracteriza a ausência de marcas, ligadas diretamente ao estrato social das personagens que se quer caracterizar.

Quanto à fala dos rústicos nos textos vicentinos, elemento que poderá servir de parâmetro comparativo, em trabalhos futuros, já que este trabalho propõe-se apenas a descrever o sistema de concordância utilizado pelo redator da *Foia* para caracterizar as falas

de personagens rurais, representados na coluna *Bertulameu e Prexede da Foia dos Rocêro*, constata-se a seguinte observação de Alves da Silva (2005, p. 124, grifo nosso):

A concordância verbal pode ser verificada em vários contextos lingüísticos. Na Farsa dos Almocreves, por exemplo, encontram-se situações de posposição do sujeito como em “agora não parecerão elles”, retirada da *Farsa dos Almocreves* (VICENTE, 1984 [1562], p. 508) e de retomada do sujeito por um pronome relativo como em “Os amigos que a mi levão o meu”. **Em ambos os casos, a tendência, mesmo da norma culta brasileira, é ocorrer variação na concordância, o que não foi verificado no corpus.**

O que se observa, portanto, é um comportamento de marcação da concordância em casos que, prototipicamente, estariam sujeitos à ausência de marca, o que nos leva a supor que, provavelmente, há a interferência inconsciente da variante culta do escritor na caracterização das falas dessas personagens rústicas, servindo, portanto de parâmetro em relação ao tratamento a ser dado na análise dos dados relativos à *Foia dos Rocêro*, que poderão se assemelhar aos dados levantados em textos vicentinos.

Um dos últimos pontos tratados por Alves da Silva (2005) é o da concordância verbal na tradição gramatical portuguesa. Neste trabalho, contudo, é mais oportuno tratar a concordância verbal nas gramáticas mais expoentes dos finais do século XIX, pois a análise dos seus dados fornecerão subsídios para o entendimento da norma padrão no período de circulação da *Foia dos Rocêro*. Assim, formar-se-á uma base de dados para saber quando o autor utiliza a norma padrão e quando não a utiliza, caracterizando, dessa forma, o linguajar dos roceiros.

4.2 A CONCORDÂNCIA VERBAL EM GRAMÁTICAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX

Segundo Santana (2007), a segunda metade do século XIX se caracterizou pela busca da identidade nacional. Um dos fatores que é de fundamental importância para que um povo se conceba como uma nação é a língua. Isso culminará na proposição de uma língua ideal que, por sua vez, constitua um ideal normativo sustentado por um aparato de instrumentos legitimadores (gramáticas, dicionários, cartilhas e manuais) desse determinado padrão.

No que se refere ao estudo da concordância, quer seja nominal, quer seja verbal, o instrumento a ser analisado, instrumento que mais caracteriza a norma padrão de finais do

século XIX, é a gramática normativa. Assim, torna-se necessário entender as concepções de gramática desse período.

Nos meados de oitocentos, Santana (2007, p. 26) indica que, conforme Guimarães (2004), os ideais do Romantismo interferiram na concepção de nacionalidade e, por sua vez, nas concepções de gramática que iriam nortear os pensamentos sobre esta nação nascente. Era necessário, segundo os autores, intensificar as diferenças entre Portugal e Brasil, inserindo na norma-padrão brasileira características de autores tipicamente nacionais, que antes eram relegados em favor de exemplos de autores portugueses.

Assim, percebe-se que há um conflito entre um novo ideal de norma, calcado nos ideais românticos nacionalistas e o ideal tradicional que fundamenta as gramáticas filosóficas que buscavam analisar a língua por um cunho purista.

Nesse contexto, Santana (2007, p. 28) destaca compêndios gramaticais, instrumentos de legitimação do padrão, fundamentais na constituição da norma culta do Brasil no século XIX, informando quais obras apresentam o tradicional cunho filosófico e quais obras apresentam inovadora abordagem científica, conforme passagem abaixo:

Ressalta ele (Guimarães, 2004) que o marco foi a *Grammatica Portugueza*, elaborada por Júlio Ribeiro e publicada em 1881, que buscou, em lugar de analisar a língua sob uma perspectiva filosófica, descrever seus usos, o que expressou, segundo Guimarães (2004), um distanciamento em relação à influência de Portugal. [...] Observa-se que concorrem no mesmo ano como manuais de orientação do ensino de língua portuguesa, uma gramática descritiva e outra de cunho filosófico, tradicionalista e conservador do purismo baseado na língua européia.

O que dizer da concordância variável que é fenômeno muito comum em diversos dialetos do português brasileiro de ontem e de hoje? Será que alguma dessas gramáticas trata esse fenômeno? E, em caso de resposta positiva, qual a postura dessas gramáticas em relação a tais fatos?.

Portanto, cabe observar o comportamento da concordância verbal em gramáticas do século XIX, período do *corpus*, considerando a orientação de cada gramática e a concepção de norma embutida em cada uma delas.

A primeira gramática contemporânea ao *corpus* a ser analisada é *Os elementos de grammatica portugueza* de Ernesto Carneiro Ribeiro. A primeira edição é datada do ano de 1879, foi impressa na Bahia, pela *Imprensa Econômica*, contudo a edição em que foi consultado o fenômeno da concordância verbal foi a edição de 1932, que não traz mudanças significativas em relação à primeira.

No que concerne às suas publicações, o autor, segundo Santana (2007, p. 93), sugere que suas obras só contêm o que é considerado correto e que não foge aos padrões de seu tempo, caracterizando suas obras como um estandarte do normativismo da época.

O Doutor Ernesto Carneiro Ribeiro foi *Cathedratico do Gymnasio da Bahia*, portanto um dos grandes expoentes e modelo de falante de modalidade culta da Bahia dos fins do século XIX.

As suas explanações sobre a concordância verbal encontram-se no capítulo destinado à *Phraseologia*, parte dos estudos lingüísticos dedicada ao estudo da frase, conforme excerto abaixo: “[d]iz-se a que trata da composição de proposição e da phrase, das relações das palavras e das proposições umas com as outras, de sua estrutura e construcção” (CARNEIRO, 1932, p. 314).

Quanto à concordância propriamente dita, o mencionado autor informa que a trata considerando dois tipos de relações, que são as relações de identidade e as de determinação, que se constituem da seguinte forma:

De duas especies de relações trata a syntaxe: relações de *identidade* e de *determinação* ou *diferença*.
As relações de **identidade**, constituem o fundamento da syntaxe de concordância; as de **determinação**, os fundamentos da syntaxe de regencia ou de regime (...) (CARNEIRO, 1932, p. 315, grifo nosso)

Dessa forma, a sintaxe da concordância estaria expressa a partir da “identidade” entre os elementos constituintes da frase ou do período, ou seja, está diretamente ligada à flexão dos constituintes de determinados períodos e à relação estrutural entre esses elementos.

Assim, na gramática de Carneiro (1932, p. 315) a concordância é conceituada da seguinte forma: “chama-se de concordancia a correlação que ha entre as palavras ou termos da oração, entre as proposições principaes e as secundarias, e entre as varias phrases ou membros de um periodo. E os seus sinais são: “são signaes de concordancia as terminações genericas e numeraes dos adjectivos, as numeraes e pessoas dos verbos, as conjuncções e a collocação ou posição.”

Ainda em Carneiro (1932), pode-se observar a distinção entre dois tipos de concordância, que seriam a concordância regular e a concordância irregular. Provavelmente essa distinção se dá para legitimar certos usos de alguns autores, que apresentam certas faltas de concordâncias que seriam classificadas como *irregulares*. Eis as reflexões de Carneiro (1932, p. 315) sobre a concordância regular *versus* a concordância irregular: “a concordancia

diz-se regular quando as partes concordantes correspondem às concordadas, sem ser necessário recorrer a suplemento algum: no caso contrário, é a concordância irregular”.

Assim, desde as primeiras gramáticas de finais do século XIX encontram-se, como seria de se esperar, as definições sobre concordância e uma prescrição do que seria bom ou ruim para determinado uso lingüístico. Dessa forma, percebe-se que a concordância regular estaria ligada aos bons usos, enquanto que a irregular estaria relacionada ou com o uso incorreto da regra ou com usos de alguns doutos da língua, oferecendo o gramático uma tentativa de legitimação de tais usos .

Portanto, cabe recorrer a uma definição mais precisa da norma em relação ao fenômeno da concordância verbal em tal período. Nos primórdios do século XX, acreditamos que, dentre as gramáticas analisadas, a descrição da concordância é mais clara na gramática de Maciel (1922). Nessa gramática, a concordância verbal é descrita sob um princípio denominado *conformidade*, ou seja, a relação entre as partes concordante e concordada tem que estar em perfeita harmonia, o que remete à própria etimologia da palavra *concordância*, encontrada em Alves da Silva (2005): do latim *cum corde* (com o coração, no mesmo compasso do coração). Portanto, retomando a definição de concordância verbal que julgamos como a melhor dentre as gramáticas analisadas, Maximino Maciel (1922, p. 311) descreve tal fenômeno como: “Concordancia verbal é a conformidade da flexão verbal com o numero e pessoa do sujeito, ex: << Todos os efeitos do estado de sitio desaparecem com sua terminação >>”.

Tal exemplo de Maciel, utilizado para caracterizar a concordância verbal, é do grande jurista Ruy Barbosa, baiano, um eminente representante de falantes cultos do início do século. Analisando o exemplo do jurista, percebe-se a alegada harmonia entre as partes, apesar de o núcleo estar um pouco distante do verbo em questão. Entre o núcleo do sujeito e o verbo, observa-se a presença de um sintagma preposicional complexo. Essa situação é prototipicamente favorável à ausência de concordância em dialetos populares do português brasileiro.

Como todo escritor de periódico é normalmente portador de uma variante culta, já que é requisito necessário, a ausência de concordância seria apenas um recurso estilístico para a caracterização do estrato social rural. Todavia até que ponto o escritor conseguiria manter essa proposta sem interferência de sua norma nos textos publicados na *Foia dos Rocêro*?

4.3 CASOS DE CONCORDÂNCIA VERBAL EM RIBEIRO (1909)

O gramático João Ribeiro nasceu em Sergipe e foi para o Rio de Janeiro por volta de 1880. Era pintor, músico e poeta. Era formado em Direito e escreveu uma *História do Brasil* (cf. ROCHA JR., 2008).

No referido artigo, Rocha Júnior salienta ainda que a vertente historiográfica de João Ribeiro interferiu diretamente em sua produção lingüística, o que não fugia à regra, pois os primeiros estudiosos da língua não se dedicavam exclusivamente à tal tarefa. A influência da historiografia nos trabalhos de João Ribeiro interferiu diretamente na elaboração da *Gramática Portuguesa* de 1909, pois, conforme informação de Rocha Júnior (2008), essa gramática teria forte influência do método histórico comparativo. Ainda consoante Rocha Júnior (2008, p. 1), João Ribeiro apresenta como definição de gramática “uma coordenação e exposição das regras da linguagem”: “A gramática seria, de acordo com ele, o sistema geral dessas leis. Entretanto, ele deixa claro que essas leis não têm caráter imperativo, mas representam ‘tendências’ em um grupo étnico e lingüístico específico”.

Dessa forma, a gramática de Ribeiro (1909) se propunha a ser um sistema de regras de um determinado grupo, tornando o pensamento de Ribeiro um pouco mais avançado em relação aos outros gramáticos da época. Rocha Júnior (2008, p. 1) informa que Ribeiro estava aberto a outras tradições, diferentemente de outros intelectuais que calcavam suas gramáticas em padrões lusitanos.

Desse inventário de regras que é colocado para as relações de concordância verbal, este trabalho concentrar-se-á nas *Relações do sujeito com o verbo*, que apresenta uma regra geral para a concordância e sete casos específicos que irão nortear o padrão.

A regra geral da *Gramática Portuguesa* de João Ribeiro (1909, p. 175) é:

Regra Geral – O verbo concorda em numero e pessoa com o sujeito.

Contudo, mais adiante, Ribeiro (1909) informa que esta regra geral é “susceptível de algumas modificações”, modificações estas que são as sete a seguir:

- a) Sujeito colectivo;
- b) Sujeitos coordenados e unidos por *e*;
- c) Sujeitos separados por intercalação;
- d) Sujeitos unidos por *nem* e *ou*;

- e) Sujeitos unidos por *com*;
- f) Sujeitos da forma *um dos que*;
- g) Sujeito da frase *é que*.

No que diz respeito ao primeiro caso, Ribeiro (1909, p. 175) aponta que, quando o coletivo é seguido de um determinado plural, o verbo irá ficar no singular se o coletivo for geral (Ex: O exército dos persas invadiu a Grécia); se o coletivo carregar um traço [+partitivo], o verbo poderá ou não ir para o plural (Ex.: A maioria dos gregos pedia(m) a paz).

Torna-se interessante também salientar que dentro dos casos especiais há outros casos especiais, pois o primeiro caso aponta para uma exceção quando a ação do verbo só pode ser atribuída à coleção e não separadamente aos indivíduos, devendo o verbo concordar com o coletivo (Ex.: Um troço dos soldados enchia o primeiro pavimento do edifício).

No que diz respeito aos sujeitos coordenados e unidos pela conjunção *e*, segundo caso, Ribeiro informa que o verbo vai para o plural (Ex.: O sol e a lua são astros). Contudo mais uma vez são apresentadas inúmeras exceções, que são: a) a precedência do verbo na frase (Ex: Foi grande princípio e esperança de saúde); b) quando os sujeitos apresentam a mesma coisa ou pessoa o verbo deverá permanecer no singular (Ex.: Seu filho e sucessor subiu ao throno um anno depois); c) gradações de uma mesma idéia (Ex.: Uma palavra, um olhar, um gesto basta para denunciá-lo); d) quando a enumeração fica resumida em outra palavra (Ex.: As flôres, as arvores, os rios, tudo se iluminou com os raios de sol). Vale lembrar que a sub-regra do item *d* é um pouco falha, tendo em vista que o sujeito em questão é *tudo* e os outros elementos nada mais são que apostos explicativos deslocados para a esquerda.

Quanto ao terceiro caso, sujeitos separados por intercalação, o verbo ficará no singular quando ele estiver entre os dois sujeitos (Ex.: Assim Deus quer e a natureza).

Sujeitos unidos por *nem* e *ou*, quarta modificação da regra geral exposta por Ribeiro (1909), deverão se associar ao verbo no singular quando o predicado se referir a um dos únicos elementos (Ex.: Nem eu, nem ele será nomeado) e verbo no plural quando se referir á totalidade dos sujeitos (Ex.: Nem Achilles, nem Ulysses estiveram em Lisboa).

O quinto item, que trata dos sujeitos unidos por *com*, preconiza que o verbo em geral deverá concordar com o primeiro (Ex.: Napoleão com os francezes venceu a Europa). No entanto, quando à cooperação do mesmo grau entre os sujeitos, o verbo irá para o plural (Ex: O tigre com o leão ganhavam dinheiro nas feiras).

Para sujeitos do tipo *um dos que*, quinta observação, o verbo da segunda proposição deverá estar no plural (Ex.: Eu sou um dos que entendem...). No entanto, para desvios dessa regra, João Ribeiro utiliza *o princípio da autoridade dos bons autores*, apontado por Alves da Silva (2005), para legitimá-los. Ou seja, algumas divergências de construções como as do gramático Júlio Diniz são apontadas como casos “excepcionais” (sic.) (Ex.: O reitor foi um dos que mais se importou com a preocupação do homem.).

Por último, com o sujeito da frase acompanhado de *é que*, o que hoje se considera como uma das estruturas de focalização, o sujeito do plural não modificará o primeiro verbo (Ex.: Os moços é que serão os velhos d’amanhã), o que prova que a expressão *é que* já era percebida como uma expressão cristalizada.

Assim, é correto afirmar que, por meio da análise dos casos de concordância em João Ribeiro (1909), a regra de concordância no início do século XX, assim como o próprio fenômeno da concordância em língua portuguesa, é extremamente variável pelo número de exceções e sub-regras que regem tal aspecto, o que poderá refletir nos dados analisados. Cabe então, observar o comportamento de tal fenômeno no *corpus* editado no segundo capítulo.

Portanto, a questão a ser observada e descrita, repetimos, *descrita*, na coluna *Bertulameu e Prexede na Foia dos Rocêro* de 1900 é relacionada à observação dos contextos em que acontece a ausência de concordância. Como a concordância variável é aí fruto de um recurso “ficcional” não deverá ser sistemático, prevalecendo por vezes as realizações que o autor imagina como características das suas personagens e, por vezes, as realizações decorrentes da condição de falante culto, conhecedor do padrão normativo.

4.4 OBSERVANDO A CONCORDÂNCIA VERBAL NA COLUNA BERTULAMEU E PREXEDE

Nos vinte e oito números do periódico que apresentaram a referida coluna foi observada a relação de concordância entre os sujeitos plurais e seus respectivos verbos, o que gerou 159 ocorrências. Ao observarmos essas 159 amostras, constatamos as seguintes situações: **a) concordância do núcleo do sintagma nominal (doravante SN) com o verbo, b) não-concordância do núcleo do SN com o verbo e c) casos ambíguos**, quando não se tem uma margem relativamente segura para afirmar se o redator da *Foia* utilizou ou não utilizou a norma. Coube, então, separar os dados nessas três categorias e analisar os contextos que condicionam cada uma delas, depreendendo, assim, o critério de uso ou não da

concordância utilizado pelo redator para caracterizar essa variante rural do Português Popular Brasileiro em finais do século XIX.

Das 159 ocorrências, em 54 o redator realiza a concordância entre as marcas de plural do sujeito e do respectivo predicador. Ainda que haja perda de material fônico, o morfema de plural permanece, conforme exemplos abaixo:

BEP 02

- | |
|--|
| (01) B - Non teve nada, não, arrumei os brugunço tudo, e na segunda fêra fumo pra cidade, |
| (02) B - nois cheguemo la, tá e coiza... fumo im riba dos pé pra caza do dito cujo |

No próximo exemplo, tem-se uma oração relativa que apresenta o verbo mais afastado em relação ao elemento retomado pelo pronome relativo, mas ainda assim o redator faz a concordância adequada quando se esperaria o contrário.

BEP 06

- | |
|---|
| (03) B - esse home todo qui tão governando o Brazi |
|---|

Em 55 ocorrências, verificou-se a ausência de concordância, o que se esperaria ser mais característico do *corpus*, já que é um dos fenômenos mais prototípicos das variantes rurais da língua portuguesa, com testemunhos por todo o século XX.

Com os exemplos arrolados abaixo tem-se uma amostra do se apresenta como a ausência de concordância em *Bertulameu e Prexede*:

BEP 08

- | |
|--|
| (04) B - Os trio pra mode o vapou andá pra riba alem de sê véio já e inferrujado, ta assentado im riba de silipas de pau de mamueiro e imbauba |
|--|

BEP 09

- | |
|--|
| (05) B - os geno assubi pra riba e elles antonce lambê ¹⁰ os conconé dos pobe tudo. |
|--|

BEP 11

- | |
|---|
| (06) P. Esses reméido de foia do mato é qui a véia Incarnação ta aplicando no cunsguinte da mulestra. |
|---|

¹⁰ lambê : lambem.

Nas outras ocorrências, verificou-se um tipo determinado de concordância que foi denominado de ambíguo, tendo em vista que a distinção entre o singular e o plural é foneticamente muito inexpressiva (geralmente uma tênue marca de nasalidade), representando uma oposição *anda : andam; pode : podem; serve : servem*. Esses elementos ambíguos são encontrados em 50 ocorrências e teriam como exemplos os seguintes trechos abaixo:

BEP 15

(07) P - elles cum elle non **bota** bunda não.

(08) B. E' pur essa gimitria quelles **anda** tudo ca crista pundurada

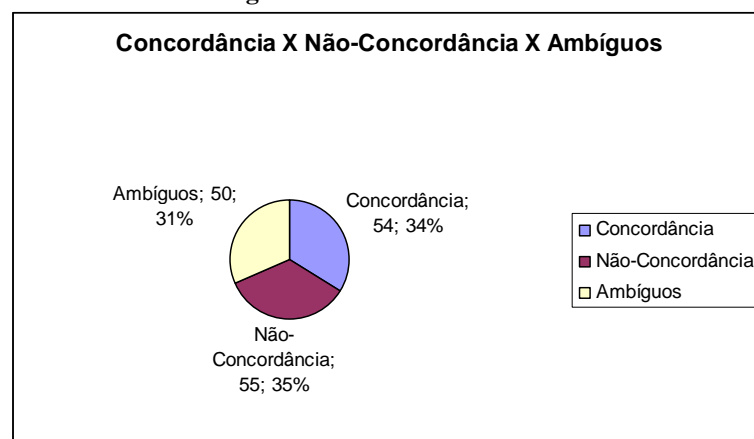
BEP 22

(09) B. Ou! esse mundo de deus e isso mémo, nem todos qui **tem** baiba na cara, devéra tê.

Pode-se constatar que nos exemplos 07 e 08, a ambiguidade se dá pela ausência do grafema <m> que expressaria ortograficamente o uso do plural. Já no outro exemplo, 09, a ausência do sinal < ^ > também favorece a ambiguidade, já que a distinção fonológica entre o singular e o plural é muito tênue e não pode ser percebida com a ausência desse sinal.

O gráfico abaixo apresenta a relação percentual e numérica entre os dados relativos à concordância, não-concordância e ambíguos:

Figura 5: Concordância verbal

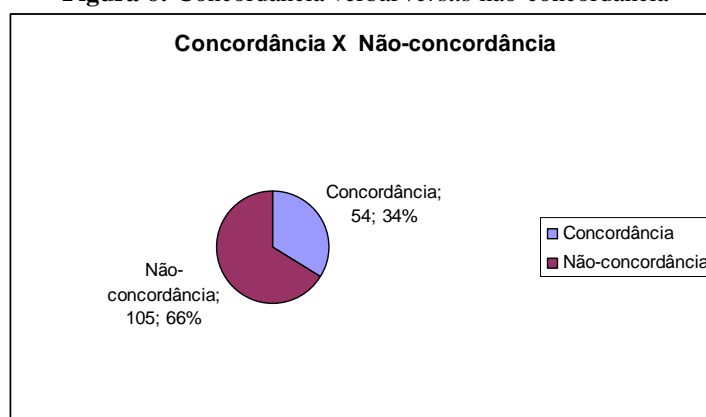


Observa-se que a distribuição dos dados não apresenta diferenças significativas. O redator, falante culto do século XIX, atribui às personagens o uso da concordância em alguns casos específicos, que podem ser determinados por alguma semelhança entre eles. Ou seja, algum determinado fator chamaria mais a atenção do redator para não colocar a marca de

concordância, enquanto em outros casos a concordância seria feita, provavelmente sem que o redator se desse conta de que o faz. Isso será tratado mais adiante.

Quanto ao caso dos elementos que apresentam ambiguidades, considerando que neles nada confirma o uso da concordância, decidimos incluí-los no rol das ocorrências de não-concordância. Se agrupados os ambíguos aos elementos que não apresentaram concordância entre os sujeitos plurais e os verbos, observa-se o seguinte percentual dos dados:

Figura 6: Concordância verbal *versus* não-concordância



Assim, o percentual de ocorrências que não exibem concordância ficou ampliado para 66%. Logo, trataremos apenas de ocorrências concordantes e não-concordantes.

Concentrando agora os nossos olhares nas ocorrências concordantes, devemos verificar em que contextos esse uso se manifesta. Isso poderá mostrar o que é menos perceptível no fenômeno da concordância nas falas de habitantes rurais da Bahia no século XIX, o que menos atrai a atenção do redator que os imagina. Em confronto, aqueles que mais atraem a atenção mais servirão de base para a criação desse estereótipo em relação ao falante rural.

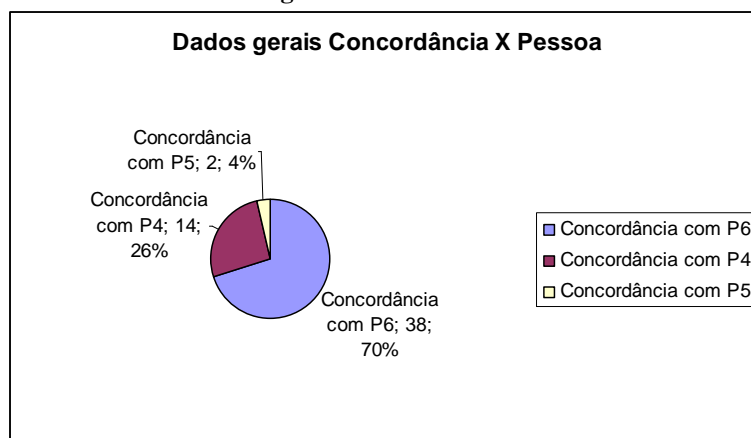
O primeiro fator que analisamos foi a pessoa verbal. Com quais pessoas verbais o redator faz mais concordância?

4.4.1 1º fator – Pessoa verbal

O percentual de concordância distribuído entre P4 – 17 ocorrências (3 não-conc + 14 conc.), P5- 3 ocorrências (1 não-conc + 2 conc.) e P6¹¹– 139 ocorrências (101 não-conc + 38 conc.) estão representados na tabela abaixo:

¹¹ Respectivamente: nós, vocês e eles/elas.

Figura 7: Pessoa verbal



A concordância com P6 foi a mais significativa e representa 70% dos dados. Como exemplos temos:

BEP 02

(10) P - pra ellas qui **ton** acostumadas qesas

BEP 03

(11) P - os ligume de caroço **ton** chegando,

BEP 07

(12) B - qui os moço da capitá, non sei prueque, **botaro** o apilide [[de]] de Canudinho

BEP 07

(13) B - quondo **chegaro** na galaria de riba

No exemplo 10, se esperaria a ausência de concordância com o antecedente do pronome relativo “qui”, no entanto o autor realiza a concordância, fato que distancia a realização da personagem dos dialetos rurais brasileiros.

É interessante notar que mesmo quando se tem um elemento intercalado entre o sujeito e o verbo, como no exemplo 12, em que se poderia esperar a ausência de marcas de plural nos verbos, o redator faz a concordância mesmo com redução de material fonético nos morfemas de plural.

Na ocorrência 13 encontram-se sujeitos indeterminados, sempre representado por P6. Mesmo sem o sujeito estar explícito no contexto, as marcas de concordância ficam expressas nos verbos em questão.

O segundo dado mais significativo foi a concordância com P4, que se apresenta em 14 ocorrências, correspondentes a 26% dos dados levantados. Observem-se os exemplos abaixo:

BEP 09

(14) B - Nois **trevessemo** aquella trivisia de cris;

BEP 11

(15) B - nós non **somo** nada nesse mundo, não

BEP 15

(16) P - B. Oi... meu cumpade. **Vamos** pidi a Deus Nó Sinhou

O que se observa a partir desses exemplos é que, estando o sujeito explícito ou oculto, esse fator não trará diferença na expressão da concordância entre P4 e o verbo.

No que diz respeito ao fenômeno da concordância em P5, somente 2 dados foram verificados, o que corresponde ao universo de 4%. As duas ocorrências são as seguintes:

BEP 06

(17) P - Ora voinces non **quere** vê!

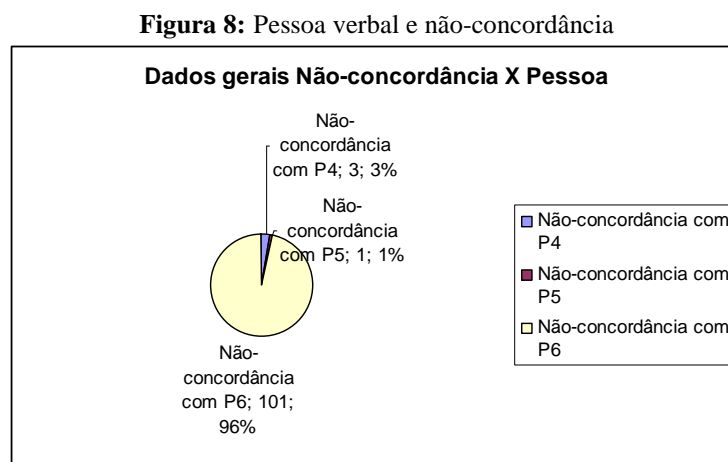
BEP 12

(18) P. Quà, véio, cá cu fio do véio voinceis assim nas aua **ton** perdendo de meia noite veia im diente.

Os exemplos até aqui destacados fazem supor que um dos principais fatores que levam o redator da *Foia dos Rocêro*, na coluna *Bertulameu e Prexede* a realizar a concordância do verbo com as pessoas do plural é a saliência fônica, visto que P6 e P4, por apresentarem formas mais salientes em relação aos seus correspondentes no singular, P3 e P1, prevalecem sobre P5, essa menos saliente em relação a P2. Assim, para o redator, o falante rural também “sentiria” o fator saliência fônica, visto que realiza a concordância na maioria dos casos de saliência, embora a desinência seja realizada com alterações fonéticas, nessa, sim, então, a verdadeira “marca” rural. (chegaro (chegaram), ton (estão), son (são)).

No entanto, cabe fazer o caminho contrário para ratificar ou não a proposta sobre o fator saliência fônica. O caminho contrário é contrapor as 105 ocorrências de não-concordância verificadas no corpus analisado ao fator pessoa verbal.

Ao observar o gráfico abaixo, percebemos a mesma tendência em relação ao gráfico relativo à concordância, ou seja, a maioria das ocorrências de não-concordância se encontram em relação à P6:



Se somarmos as 101 ocorrências de não-concordância com P6 deste gráfico com as 38 ocorrências de concordância com P6, teremos 139 ocorrências de P6 é isso mesmo?

Ao observarmos alguns exemplos de não-concordância em relação à P4, percebemos que a baixa ocorrência de casos de não-concordância (3 ocorrências de não-concordância em comparação a 14 ocorrências concordantes) se deve ao fato da forma do morfema número-pessoal *mos* ser muito saliente, o que faz com que o redator privilegie a forma mais saliente, marcando a concordância. Os exemplos de não-concordância com P4:

BEP16

(19) P - E' munto hora de nós **porvá** a canninha mano véio

BEP17

(20) P - antonce nois **havera** de imbolá.

BEP22

(21) P. E', pra sumana nois **cunveça** a vontade.

A única ocorrência de P5 não-concordante se opõe às duas ocorrências de P5 concordantes que são mais salientes (Exemplos: 17 e 18). A ocorrência de P5 sem concordância é:

BEP03

(22) P - voinceis **nou deixa** imbocá nem iranha

No caso de P6, responsável pelo maior número de ocorrências em todo o *corpus* observa-se que em um universo de 139 ocorrências, 101 não apresentam concordância entre o sujeito e o verbo. As formas concordantes (38 ocorrências) se apresentam sempre em pares opositivos mais salientes (está : estão, é : são, chegou : chegaram, por exemplo. Portanto, é mais do que previsível que as formas de outros verbos, que são menos salientes, apresentem a falta de concordância. Por exemplo:

BEP03

(23) P - os vadio non **dròme**

BEP07

(24) P - qu'elles tombem **quiria** uvi missa?

Assim, vamos explicar melhor este fator, a saliência fônica, responsável pela talvez inesperada marcação de concordância verbal na fala rural, presente nas personagens da *Foia dos Rocêro*.

4.4.2 2º fator – Saliência Fônica

A oposição singular x plural torna-se mais saliente quando a diferença fônica entre o singular e o plural é mais evidente, o que favorece a marcação de concordância, conforme excerto abaixo:

O uso mais frequente de formas marcadas em contextos plurais ocorre quando esta oposição é realizada por uma diferença mais perceptível na forma do plural com

relação ao singular. Por exemplo, a forma plural é mais usada em uma oposição do tipo *confessou/confessaram*, em que as desinências *-ou*, do singular, e *-aram*, do plural, são acentuadas e inteiramente diferentes uma da outra na composição fônica. Já há bem menos uso da forma marcada de plural numa oposição do tipo *bebe/bebem*, em que as desinências *-e* e *-em* não se encontram em sílaba acentuada e, na língua falada, são frequentemente realizadas por uma simples nasalização da vogal final alta [i]. (SCHERRE; NARO, 1998, p. 9)

Logo, ao observarmos todas as relações de concordância entre sujeito plural e verbo, na coluna *Bertulameu e Prexede*, constatamos, por hora, que a utilização das regras de concordância pelas personagens, a partir da concepção do seu criador, é orientada exclusivamente pelo princípio da saliência fônica. Podem-se listar exemplos de oposições encontradas para ilustrar tal conclusão. Exemplos: *tá : ton; é : son; ganho : ganhemo; levou : levaro*. Por via de tais exemplos, pode-se constatar, ainda que de maneira preliminar, a relevância do princípio da saliência fônica.

Dessa forma, o redator culto percebe esse traço na fala dos “roceiros” e o transpõe para a redação do jornal como fato caracterizador dessa variante do português rural, ou seja, uma marca para estereotipar os falantes do campo. A “intuição”, o inconsciente do redator seleciona formas mais salientes, determinando, desse modo, a realização da concordância por meio das alterações fônicas sofridas nessas formas.

Já os dados que se referem à não-concordância e ambíguos, que correspondem a 66% dos elementos, ou seja, 105 ocorrências, ressaltam que a não-concordância, na maioria das vezes, ocorre, de fato, como um estereótipo para caracterização de variantes rurais, somada a vários fenômenos fonéticos e à seleção lexical, desde que os verbos envolvidos não apresentem saliência fônica na oposição singular/plural.

É interessante destacar que os casos de não-concordância, sobretudo de P6, a pessoa majoritária nas ocorrências, se apresentam em pares singular/plural em que a oposição se prende a traço fonético pouco perceptível, como a nasalização (por exemplo, *fala : falam, conte : contem*).

Cabe concluir, de modo preliminar, nesse capítulo sobre a concordância verbal em *Bertulameu e Prexede*, que uma estratégia utilizada para a caracterização dos dialetos rurais da Bahia de finais do século XIX é a ausência de concordância na maioria dos casos e quando essa se faz presente, é completamente perceptível que a saliência fônica a rege, ficando o estereótipo, nesses casos de saliência, reservado à realização fônica das formas (desnasalização, redução de sílabas iniciais e/ou redução de ditongo).

5 PRIMEIRAS CONCLUSÕES

O desenvolvimento desse trabalho de sócio-história, edição e estudo linguístico nos forneceu um novo panorama sobre a história do português do Brasil. Foi demonstrado, principalmente, que o olhar de um falante culto sobre as variantes não-cultas não é um artifício dos autores da contemporaneidade, pois foi demonstrado que há muito tempo essa estratégia é utilizada por muitos autores em tempos diversos.

Pode-se perceber, também, que os autores utilizam técnicas diversas para caracterizar lingüisticamente os diversos estratos sociais. Tal caracterização pode se dar pela escolha adequada dos campos lexicais; utilização de uma morfologia nominal e/ou verbal característica da comunidade em questão; construções sintáticas específicas de cada comunidade, metaplasmos particulares, dentre outros fenômenos afetos aos diversos níveis de análise.

Cabe, então, nessa conclusão, responder à pergunta da seção 4.3: o uso de regras semelhantes de concordância verbal ratificaria a tese de um único escritor para todas as colunas?

Uma das coisas que se pode observar em relação à concordância verbal na coluna *Bertulameu e Prexede* é que ela apresenta um comportamento bastante homogêneo em relação à concordância e não-concordância, independentemente da personagem em questão. Tanto o *Bertulameu*, quanto o *Prexede* apresentam em suas falas contextos em que se verificam uso de concordância e a não-concordância, variando de acordo com os fatores analisados: a pessoa verbal e a saliência fônica.

Portanto, cabe concluir, ainda que preliminarmente, que temos um escritor que determinou e escolheu traços característicos de concordância para delinear tais personagens. Num estudo futuro, quando uma outra coluna for editada, poderá se comparar as estratégias utilizadas em uma coluna e em outra, para então se constatar se *A Foia dos Rocêro*, de 1900, foi escrita por uma ou mais pessoas, pois as características lingüísticas comuns, oriundas da escolha do escritor para caracterizar determinado perfil social irá definir um único escritor, ou apresentar outros autores para o nosso folhetim.

Vale lembrar que este trabalho abre portas para futuras pesquisas. No campo da lexicologia e lexicografia, ele apresenta espaço para a elaboração de glossários ou de dicionários a partir do léxico do material editado.

Quanto ao campo da fonética e fonologia, seria interessante notar os metaplasmos utilizados pelo autor para caracterizar tal dialeto. Esses fenômenos seriam rotacismos,

lambdacismos, migrações silábilas, metátase, nasalizações progressivas e regressivas etc., além da possibilidade de um estudo grafo-fônico que, analisando a escrita etimologizante ou não, venha a fornecer informações mais ou menos seguras sobre a formação intelectual do(s) autor(es).

No que concerne ao campo da morfologia, o estudo dos processos de formação de palavras poderá levantar questões particulares sobre a criação lexical em dialetos rurais de finais do séculos XIX.

Outro estudo interessante está centrado no campo da sintaxe. Qual seria o comportamento das estruturas relativas na *Foia dos Rocêro*? E em que contextos ocorrem cada uma dessas estruturas (padrão, copiadora e cortadora)?

Enfim, diversas são as possibilidades de estudo fornecidas pela edição da *Foia* para montar o complexo jogo de formação do português do Brasil. Essa foi apenas uma contribuição “Para uma gramática dos Rocêro”.

Inté Sempe!

REFERÊNCIAS

- ALVES DA SILVA, Jorge Augusto. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia*. Salvador, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Tese de Doutorado, 2005.
- BARBOSA, Afrânio e LOPES, Célia (orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2006.
- BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007
- BRANDÃO, Sílvia Figueredo. *Em torno de um velho tema: o cancelamento da marca de número na fala de comunidades rurais brasileiras*. Revista Internacional de Língua Portuguesa, n. 12. AULP. 1994. p. 50 – 57.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São paulo: Martins Fontes, 2005. p. 87-107.
- CARVALHO, Alfredo de e TORRES, João Napomuceno. *Anais da imprensa da Bahia. 1º centenário. 1811-1911*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.
- CORPUS HISTÓRICO DO PORTUGUÊS TYCHO BRAHE. *Corpus Histórico do Português Anotado Tycho Brahe*. 1998. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~tycho/>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- CRUZ, Gutemberg. *Humor gráfico na Bahia: o traço dos mestres*. Salvador: Gráfica e editora Areembepe LTDA, 1993. p. 61 – 78.
- DANTAS, Neuma. *Foia dos Rocôro: o imbirreiro da imprensa baiana*. Monografia de Comunicação Social-Jornalismo do Centro Universitário da Bahia-FIB. Salvador, 2007.
- GOMES, Luís; PAIXÃO de SOUSA, Maria Clara; MENEZES; Gilcélia de. *Corpora do Português Anotados - II Oficina de Anotação: Manual Resumido dos Procedimentos*. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpora/oficina_agosto/>. Acesso em: 11 set. 2006.
- KABATEK, Johannes. *Tradições discursivas e mudança linguística*. In: LOBO, Tânia et al. *Para a história do português brasileiro. Novos dados, novas análises. Volume 6. Tomo II*. Salvador: Edufba, 2006.
- KOCH, Peter. *Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik*. In: FRANK, Barbara et al (Orgs.). *Gattungen, mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p. 43 – 79. Trad.: José Simões e Verena Kewitz.
- LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu avô... Histórias de Salvador. Cidade da Bahia*. Salvador, 1996.

LOBO, Tânia Conceição Freire. *Para uma sociolinguística hist. do português no Brasil - edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia*. V.2. II. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). Tese de doutorado, 2001.

LOSE, Alícia Duhá. A crítica textual e as novas tecnologias. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis et al. (Org.). *Diferentes perspectivas de estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 63-78.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um Flos Sanctorum do século XIV. Leitura, glossário e estudo lingüístico*. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística (UFBA). Tese de Doutorado. 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório. Edição Crítica com Introdução e Índice geral das palavras lexicais*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). Tese de doutorado, 1971.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Diversidade e Unidade: a aventura lingüística do português. In: CASTRO, Ivo *et alli*. *Curso de História da língua portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. p. 113 – 125.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para a sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Vigínia. Sobre o 'Programa para a História da Língua Portuguesa' (PROHPOR) e sua inserção no projeto nacional 'Para a História do Português Brasileiro' (PHPB). In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 30- 8.

PACÍFICO BARBOSA, Socorro de Fátima. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

PAIXÃO de SOUSA, Maria Clara. Módulo de preparação dos textos. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/manual/rep/pdf/manual_2006.pdf>. Acesso em: 11 set 2006.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Elementos de grammatica portugueza*. 3. ed. [Salvador]: Imprensa Econômica, 1890. 167 p

RIBEIRO, Ilza. *Quais as faces do português culto brasileiro?* In: ALKMIM, Tânia Maria. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Novos estudos. v.3. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 359-382.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza : 3º ano*. 4. ed Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves, 1891. 326 p

ROCHA JÚNIOR, Roosevelt Araújo da. *João Ribeiro entre história, gramática e filologia*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/36/06.htm>>. Acesso em: 16 mar 2009.

ROSSI, N. ; MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia . Livro das aves. Rio de Janeiro: INL, 1965. v. 1. 80 p.

SANTANA, Noemi Pereira de. *Escolarização da Bahia na transição Império- República e a constituição da norma culta do português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Salvador: PPGL-UFBA, 2007.

SCHERRE, Marta e NARO, Anthony. Sobre o efeito do princípio da salência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna. Colóquio Internacional *Projetos de Investigação lingüística sobre o português do Brasil*. Berlim, 1998.

SHILLINGSBURG, Peter, 1993. apud LOSE, Alícia Duhá. A crítica textual e as novas tecnologias. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis et al. (Org.). *Diferentes perspectivas de estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 63-78.

SPAGGIARI, Bárbara e PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SIMÕES, José da Silva ; KEWITZ, Verena . *Tradições Discursivas e organização de corpora*. 2007.

SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA, Maurício. *Ou nós acabamos com as formigas...* Disponível em: <<http://www.monica.com.br/index.htm>>. Acesso: 12 nov. 2008.

SOUZA, Antônio Loureiro. *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. 1972.

TELLES, Célia Marques. A crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 21-22, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, junho-dezembro, 1998.

TELLES, Célia Marques . Mudanças lingüísticas e crítica textual. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, v. 25-26, n. 1, p. 91-119, 2002.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Concordância verbal*. In: VIEIRA, Sílvia R. e BRANDÃO, Sílvia Figueredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 85 – 102.